CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO DE VITÓRIA

EDMAR GALVÃO

# ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)

VITÓRIA

2016

EDMAR GALVÃO

# ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário Católico de Vitória, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Orientador: Profª Ms Alaísa de Oliveira Siqueira

VITÓRIA

2016

EDMAR GALVÃO

**ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário Católico de Vitória, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em _____ de _____ de ____, por:

_____

Profª. Ms. Alaísa de Oliveira Siqueira – Orientador (UCV)

_____

Profª Ms. Jaqueline da Silva (UCV)

_____

Alessandra Santa Rosa dos Santos (pós-graduada)

Para meu pai Agnaldo Galvão, minha mãe Iva Alves Galvão e para minha professora/orientadora, Alaísa de Oliveira Siqueira.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por me oportunizar a graça de uma grande e importante conquista.

Agradeço, de forma bastante especial, aos meus pais: Agnaldo e Iva Alves Galvão. Pessoas fundamentais que sempre torceram e me apoiaram nos momentos de maiores aflições, ao longo desse trajeto.

Agradeço ao amor da minha vida, Cleilton Nascimento dos Santos, pelo carinho, companheirismo e compreensão. Sem ele, nada seria possível.

Agradeço, também, aos meus familiares, especialmente aos meus queridos irmãos pelo apoio de sempre.

Quero render os meus agradecimentos à minha professora e orientadora Alaísa de Oliveira Siqueira, por ter me escolhido como seu orientando. Dispensando-me todo incentivo necessário para conclusão do meu trabalho. Por meio dela, agradeço todos os demais professores e professoras que ajudaram a construir o assistente social que sou hoje.

Agradeço, também, ao meu chefe e amigo de trabalho, Edésio Fraga Moreira, por sua compreensão e sempre disposição em ajudar nos meus estudos.

Faço, também, um agradecimento a dois grandes amigos e incentivadores para o meu ingresso em um curso superior: Elizeu Moreira e Fábio Lube.

Agradeço à instituição de ensino Católica de Vitória – Centro Universitário, por disponibilizar todos os recursos necessários para minha boa e qualificada formação.

Agradeço aos membros da banca examinadora: Profª Ms. Jaqueline da Silva e Alessandra Santa Rosa, pela disponibilidade de participar e pelas contribuições pessoais acerca deste Trabalho de Conclusão de Curso.

E por fim, de forma bastante carinhosa, agradecer e parabenizar aos amigos e colegas que conquistei ao longo dessa importante caminhada. A todos, o meu muito obrigado!

“Quando dou comida aos pobres chamam-me de santo. Quando pergunto por que eles são pobres chamam-me de comunista”.

Dom Helder Camara

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo geral descrever a intervenção profissional do assistente social nos serviços do Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) de Maruípe – Vitória (ES). Os objetivos específicos são: verificar as principais demandas do assistente social nos serviços do CREAS Maruípe; identificar os instrumentos e metodologias de trabalho do assistente social nos serviços do CREAS Maruípe e identificar os desafios enfrentados pelos assistentes sociais na sua prática profissional no CREAS Maruípe. O CREAS é uma unidade pública estatal responsável pela oferta de orientação e apoio especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados. A coleta de dados foi realizada no CREAS de Maruípe entre os meses de março e abril de 2016. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada aplicada a 4 (quatro) assistentes sociais. Por meio da coleta de dados foi feita a análise dos conteúdos abordados, possibilitando dessa forma a compreensão dos dados coletados e posterior resultado da pesquisa que possibilitou o aprofundamento do exercício profissional e identificação de como sua intervenção se efetiva. Podemos concluir que o trabalho do assistente social no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Maruípe é realizado através das demandas postas como orientação em relação ao Benefício Prestação Continuada (BPC), demandas trabalhistas, demandas de maus tratos ao idoso e/ou a pessoa com deficiência, etc. Os instrumentos utilizados para intervenção profissional do assistente social são as visitas domiciliares, a busca ativa, a acolhida, a escuta, entre outros instrumentos. Apontamos também que os desafios/dificuldades desses profissionais para o enfrentamento da questão social são vários tais como a violência nos territórios, a precariedade nos serviços públicos, e famílias e usuários que não se reconhecerem enquanto sujeitos de direitos.



**Palavras–chave:** Assistência Social. Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Serviço Social.

**ABSTRACT**

The present Work of Course Conclusion (TCC) has as general objective to describe the professional intervention of the social worker in the services of the Reference Center for Specialized Social Assistance (CREAS) of Maruípe – Vitória (ES).The specific objectives are to: check the main demands of the social worker in the services of the CREAS Maruípe; identify the instruments and methodologies of work of the social worker in the services of the CREAS Maruípe and to identify the challenges faced by social workers in professional practice in CREAS Maruípe.The CREAS is a public unit of state responsible for the provision of guidance and specialist support and continuing to individuals and families with their rights violated. The data collection was carried out in the CREAS of Maruípe between the months of march and April 2016.The instrument used for data collection was the semi-structured interviews applied to 4 (four) of social workers. By the middle of the data collection was made in the analysis of the contents covered, enabling this way the understanding of the collected data and subsequent result of the research that made possible the deepening of the professional practice and the identification of how its intervention happens. We can conclude that the work of the social assistant in the Reference Center for Specialized Social Assistance (CREAS) of Maruípe is carried out through the demands placed as guidance in relation to the Benefit Continued Provision (BPC), labor demands, demands of ill-treatment to the elderly and/or disabled person, etc. The instruments used for professional intervention of the social worker are the home visits, active search, the welcome, the listening, among other instruments. We note also that the challenges/difficulties of these professionals to address the social issue, are several such as the violence in the territories, the precariousness in public services, and households and users that do not recognize themselves as subjects of rights.

**Keywords**: Social Assistance. Reference Center for Specialized Social Assistance (CREAS).Social Service.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização do município de Vitória na RMGV ..... 69

Figura 2 – Divisão das regionais do município de Vitória ..... 70

Figura 3 – Região administrativa 4 - Maruípe..... 73

## LISTA DE SIGLAS

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CAPS - Centros de Atendimento Psicossocial

CAPSI - Centros de Atendimento Psicossocial Infantil

CBCISS - Centro Brasileiro de Intercambio de Serviço Social

CEAS - Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo

CEP - Comitê de Ética e Pesquisa

CF - Constituição Federal

CME - Centro Municipal de Especialidades

CNS - Conselho Nacional da Saúde

CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

CONEP - Conselho Nacional de Ética e Pesquisa

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializada de Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ES - Espírito Santo

GMC - Gerência de Média Complexidade

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LA - Liberdade Assistida

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

MG - Minas Gerais

MSE - Medida Sócio Educativa

NOB - Normas Operacionais Básicas

PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PIB - Produto Interno Bruto

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PSC - Prestação de Serviços à Comunidade

RJ - Rio de Janeiro

RMGV - Região Metropolitana da Grande Vitória

SEAD - Serviço de Atendimento ao Domicílio à Pessoa Idosa e com Deficiência

SEAS - Serviço Especializado em Abordagem Social

SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social

SP - São Paulo

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UBS - Unidades Básicas de Saúde

**SUMÁRIO**

**1 INTRODUÇÃO .....21**

**2 REFERENCIAL TEÓRICO.....25**

2.1 POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL .....25

2.2 SERVIÇO SOCIAL .....42

**2.2.1 O surgimento do Serviço Social no Brasil .....42**

**3 METODOLOGIA .....63**

**4 RESULTADO DA PESQUISA .....69**

4.1 CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA .....69

4.2 CAMPO DE PESQUISA: CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS) – REGIÃO MARUÍPE.....72

4.3 ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS) DE MARUÍPE .....75

**4.3.1 Atribuições do assistente social no CREAS de Maruípe .....76**

**4.3.2 Principais demandas do Assistente Social nos Serviços ofertados no CREAS de Maruípe .....79**

**4.3.3 Meios e Instrumentos utilizados pelo assistente social no CREAS .....80**

**4.3.4 Desafios/dificuldades encontradas para a prática profissional .....82**

**5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....85**

**REFERÊNCIAS.....89**

APÊNDICE A - Roteiro para coleta dos dados.....95

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) .....97

ANEXO A - Carta de autorização para pesquisa na SEMAS ..... 99

# 1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como tema a “Atuação Profissional do Assistente Social no Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS)”. Como objeto de estudo é colocado o seguinte questionamento: Como se dá atuação profissional do assistente social no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Maruípe, Vitória (ES).

Sendo assim, este estudo teve como objetivo geral descrever a intervenção profissional do assistente social nos serviços ofertados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Maruípe – Vitória (ES) e como objetivos específicos verificar as principais demandas dos usuários postas para o assistente social nos serviços ofertados pelo CREAS; identificar os instrumentos utilizados pelos assistentes sociais na sua prática profissional no CREAS e identificar os desafios/dificuldades enfrentados pelos assistentes sociais na sua prática profissional no CREAS.

O estudo da prática profissional é um tema presente em muitos debates no meio acadêmico, com pesquisas realizadas e publicadas na área, este tema é muito importante para a formação do profissional que vivencia em sua prática as manifestações da questão social e suas múltiplas expressões (IAMAMOTO, 2003).

A atuação do assistente social é voltada no trabalho realizado nas múltiplas expressões da questão social. Analisar a atuação profissional do assistente social no CREAS é de grande relevância, visto que um dos maiores desafios enfrentados pelos profissionais na atualidade é desenvolver uma capacidade profissional que permita compreender e criar mecanismos e propostas de trabalho com criatividade que permita efetivar direitos (IAMAMOTO, 2003).

O interesse por esse tema surgiu da inserção do acadêmico no Projeto de Iniciação Científica do Centro universitário Católico de Vitória, que possibilitou aprofundar-se teoricamente nos serviços ofertados pelo CREAS que culminou no interesse em realizar o projeto de pesquisa com esta temática.

Cabe destacar que:

> O CREAS é uma unidade pública estatal de referência que promove atenções, capta a presença de riscos sociais e previne sua ocorrência ou agravo. Seu empreendimento deve resultar na necessária articulação dos

> serviços especializados evitando dispersão e operando a referência e a contrar referência com a rede básica de serviços de assistência social, com os serviços das demais políticas públicas e com os Órgãos de Garantia de Direitos (SGD) (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2011, p.207).

De acordo com os mesmos autores supracitados, ainda sobre o CREAS, destacamos também que poderão ser oferecidos pelo mesmo, serviços de proteção social de média complexidade como: o Programa de Atenção Integral a Família (PAIF); Serviços de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); e o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) e outros, cuja atuação demanda procedimentos técnicos de caráter interprofissional em situação de:

> Negligencia, abandono, ameaças, maus-tratos, violência física, psicológica, sexual, abuso e/ou exploração sexual; afastamento do convívio familiar; tráfico de pessoas; situação de rua e mendicância; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência de orientação sexual e/ ou raça/ etnia; e outras formas de violação decorrentes de discriminação/ submissões a situações que provocam danos e agravos a condição de vida de indivíduos e famílias e os impedem de usufruir autonomia e bem estar (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2011, p. 206-207).

Esses serviços de proteção visam quebrar processos de ruptura de vínculos com membros da família e da comunidade e atuam na prevenção do abandono, abrigamento e asilamento buscando assim o enfrentamento das expressões da questão social (BRASIL, 2004).

Desenvolver estudos sobre a atuação profissional do assistente social no CREAS significa necessariamente abordar expressões complexas da prática profissional. É fundamental permanecer com este debate em evidência, com o intuito de proporcionar à sociedade um olhar diferenciado em relação ao Serviço Social, e na atuação profissional do assistente social nos serviços públicos, em especial na Política de Assistência Social (BRASIL, 2004).

Neste sentido, a presente pesquisa se propôs a buscar por respostas sobre a atuação profissional do assistente social, tendo ainda o intuito de desvendar de que forma o assistente social realiza sua interferência profissional, e a partir deste desvendamento problematizar algumas questões e implicações para a concretização de sua prática diante da realidade vivenciada.

A importância de se pesquisar sobre a atuação profissional do assistente social se dá, pois segundo os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social “o Serviço Social como profissão, em sete décadas de existência no Brasil e no mundo, ampliou e vem ampliando o seu raio ocupacional para todos

os espaços e recantos onde a questão social explode com repercussão no campo dos direitos [...]”(BRASIL, 2011a, p.10).

Com isso, pesquisar acerca da atuação do profissional do assistente social no CREAS visa contribuir no meio acadêmico para o aprofundamento do estudo da prática profissional neste âmbito de atuação, para uma formação de profissionais mais críticos, e também contribuir ampliando o conhecimento e entendimento do serviço, compreendendo sua política, desafios, demandas e possibilidades enquanto prática interventiva.

Sendo assim, o presente trabalho de conclusão de curso, visa contribuir para o aprofundamento do estudo em torno do tema e o incentivo em manter o tema sempre atual no debate do Serviço Social.

Afinal, segundo Iamamoto (2003, p.62) “geralmente, tem-se uma visão dos instrumentos de trabalho como um “arsenal de técnicas”: entrevistas, reuniões, plantão, encaminhamentos etc. Mas a questão é mais complexa”.

Diante do que foi citado pela autora, a atuação profissional do assistente social não pode se restringir a “um arsenal de técnicas”, é necessário romper com essa visão, é necessário desenvolver capacidade para entender a realidade, afinal, são muitas as instituições que defendem seus próprios interesses. Ou seja, fazer com que seus objetivos sejam trabalhados pelos assistentes sociais, sem o reconhecimento da questão social e suas múltiplas expressões como objeto de intervenção na atuação profissional (IAMAMOTO, 2003).

Dessa forma, esse trabalho de conclusão de curso poderá contribuir para o aprofundamento teórico ou prático da profissão, contribuindo para um agir que resista a precarização das políticas públicas, contribuindo também para que os profissionais assistentes sociais consigam romper com lógicas imediatistas e tenham capacidade para analisar a realidade de uma forma ampla (IAMAMOTO, 2003).

Assim, o estudo sobre a atuação do assistente social deve permanecer sempre em debate, na busca por uma mudança societária na vida dos sujeitos participantes do serviço, visto que a sociedade requer cada vez mais profissionais qualificados, críticos, que intervenham na realidade, pois as demandas estão gradativamente mais complexas. Por isso o debate em torno da atuação frente à questão social e suas expressões são de fundamental importância, para profissionais, acadêmicos e

sociedade (IAMAMOTO, 2003).

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi estruturado em uma introdução, seguida de quatro capítulos e as considerações finais.

No primeiro capítulo, a partir da revisão bibliográfica, foi discutido sobre a Política de Assistência Social no Brasil, a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, e as mudanças na proteção social a partir da Carta Magna.

No segundo capítulo, descrevemos sobre o surgimento do Serviço Social brasileiro, passando pelo Movimento de Reconceituação do Serviço Social, a construção do projeto ético político profissional e sobre o processo de trabalho do serviço social ao longo de sua trajetória.

No terceiro capítulo, foi apresentado o caminho percorrido para realização da pesquisa, trazendo o tipo de pesquisa, o local da realização da pesquisa, os sujeitos envolvidos na pesquisa, os procedimentos de coletas de dados e por fim o tratamento dos dados, ou seja, como os dados foram analisados.

No quarto e último capítulo, apresentamos um breve perfil do município de Vitória (ES), e trazendo algumas características específicas do Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) de Maruípe, local onde foi realizada a pesquisa de campo. Ainda nesse capítulo apresentamos os dados e resultados obtidos na pesquisa empírica realizada com os profissionais assistentes sociais do CREAS Maruípe, identificando e descrevendo como se dá atuação dos profissionais assistentes sociais a partir de três categorias, que são: principais demandas do assistente social nos Serviços ofertados no CREAS de Maruípe; os meios e Instrumentos utilizados pelo assistente social no CREAS e os principais desafios/dificuldades encontradas para a prática profissional.

Por fim, apresentamos as considerações finais resultantes das observações, reflexões e estudos, expressando minhas opiniões em relação às possibilidades e os limites dos profissionais assistentes sociais do CREAS de Maruípe em relação ao fazer profissional.  Espera-se que este estudo possa contribuir para a compreensão e o debate sobre os desafios e possibilidade desses profissionais em sua atuação.

# 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esse capítulo traz a discussão sobre a política de assistência social a partir da Constituição Federal (CF) de 1988 até os dias atuais, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993 que regulamenta os artigos 203 e 204 da CF de 1988, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004 e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de 2005.

## 2.1POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Através da Constituição Federal 1988, novos conceitos sobre a assistência social passaram a vigorar no Brasil. A assistência social deixa de ter um cunho assistencialista e passa a ser um direito, tendo o estado como interventor. Agora assegurada de forma constitucional, à assistência social é consolidada como Política Pública, sendo colocada como direito de cidadania, marcando assim um novo patamar na relação entre o Estado e a sociedade (BRASIL, 2012b).

Até os anos 1980, no Brasil, condição de cidadania estava limitada aos cidadãos trabalhadores que tinham um trabalho formal, porém “esse quadro começa a ser alterado com a instituição da Seguridade Social, introduzida na Constituição Federal de 1988, em decorrência de lutas sociais pela ampliação e universalização de direitos sociais”, segundo Silva (2010, p.158).

Com a Constituição Federal de 1988 é instituída a Seguridade Social, formando assim uma base composta pelas políticas de: Assistência Social, Previdência Social e Saúde, passando a ser reconhecidos como direito social. No entanto, a questão que se coloca é que embora esteja garantido através da carta magna, esse tripé de seguridade raramente é analisado em sua totalidade, afinal as políticas públicas estão cada vez mais focalizadas, seletivas e excludentes não cumprindo assim com seu papel de combate à desigualdade social[1](BOSCHETTI, 2003).

---

[1]A desigualdade social é um fator presente no dia a dia dos indivíduos das grandes cidades do país. Este fatorcaracteriza-se como marca dos grandes centros urbanos, que são capazes de agregar, em um mesmo local, grupos sociais diversos e com valores econômicos, políticos e sociais divergentes. GUZZO, Raquel Souza Lobo; EUZEBIOS FILHO, Antônio. Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. **Escritos educ.**, Ibirité, v. 4, n. 2, p. 39-48,2005. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432005000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 out. 2016.

Segundo o texto da Constituição Federal de 1988 (CF), em seu artigo 194 “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 2012b, p. 53).

Já o artigo 203 da referida Constituição diz que:

> A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:
> I – a proteção à família, a maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
> II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;
> III – a promoção da integração à ao mercado de trabalho;
> IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
> V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 2012b, p. 56).

Para complementar a informação contida no artigo 203 da Constituição Federal de 1988, Pereira (1996), contribui apontando quem são os beneficiários da política de assistência social:

> É beneficiário da assistência social, todo cidadão pobre, isto é, todo cidadão que, por razões sociais, pessoais ou de calamidade pública, esteja em situação de incapacidade ou impedimento permanente ou temporária de prover para si e sua família, ou ter por ela provido, o acesso à renda e aos serviços sociais básicos (PEREIRA, 1996, p.106).

Ainda segundo a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004, p.15):

> Tudo isso significa que a situação atual para a construção da política pública de assistência social precisa levar em conta três vertentes de proteção social: as pessoas, as circunstancias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família.

Portanto, o texto da Constituição Federal remete a gratuidade dos benefícios e serviços oferecidos e disponibilizados indistintamente, protegendo, a família em toda sua fase de vida, também as pessoas com deficiência (BRASIL, 2012b).

Mas, com as colocações feitas acima, percebe-se que a proteção ofertada pela assistência se faz a partir de condicionalidades que a tornam uma política, seletiva, mínima e excludente.

Ainda no artigo 204 da CF de 1988, que aborda às ações do governo em como consiste a assistência social, estas serão realizadas com recursos provindos da seguridade social, que está previsto no artigo 194, além de outras fontes e serão ordenadas segundo a Constituição de 1988 tendo em conta duas diretrizes da

política de assistência social tendo com vista à separação político-administrativa[2] e à participação social[3] e o controle social[4] (BRASIL, 2012b).

Apesar da Assistência Social está prevista na CF de 1988, de acordo com Brasil (1993), como um direito e como política pública, é somente em 1993, cinco anos após essa previsão constitucional, que os artigos 203 e 204 da referida Constituição foram regulamentados com a promulgação da Lei nº 8.742/1993 - conhecida como a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que em seu artigo 1º diz:

> Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento ás necessidades básicas (BRASIL, 1993).

Segundo Couto; Yazbek e Raichelis (2011, p.56):

> As explicações para essa lentidão são encontradas no fato de que seu processo de implantação vai ocorrer em uma conjuntura adversa e paradoxal, na qual se evidencia a profunda incompatibilidade entre os ajustes estruturais da economia e investimentos sociais do Estado.

A incompatibilidade acima citada, já faz parte do discurso de um novo modelo econômico, de uma nova filosofia de pensamento do Estado brasileiro, que é o neoliberalismo[5] adotado pelo Brasil definitivamente no início da década de 1990 no governo do presidente Fernando Collor de Mello (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2011).

A LOAS é aprovada dentro de uma economia neoliberal que teve seu início que teve

---

[2] No campo da assistência social, o artigo 6º, da LOAS, dispõe que as ações na área são organizadas em sistema participativo, constituído pelas organizações de assistência social, articulando meios e esforços e recursos, e por um conjunto de instancias deliberativas, composta pelos diversos setores envolvidos na área. BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social–PNAS**. Resolução n. 145/04. Brasília: MDS/CNAS, nov. 2004, p.43.

[3]A trajetória da participação social no Brasil como prática de relação Estado/sociedade civil, pós-64, caminhou desde uma perspectiva instrumental — o desenvolvimento de comunidades como medida para solucionar o complexo problema de integrar esforços da população aos planos regionais e nacionais de desenvolvimento econômico e social — até uma perspectiva ampliada e cidadã, de formato político-institucional como direitos dos cidadãos. BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. **Dicionário de termos técnicos da assistência social.** Belo Horizonte: ASCOM, 2007. 132 p.80.

[4]O controle social tem sua concepção advinda da Constituição Federal de 1988. Enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestação político-administrativo-financeira e técnica-operativa, com caráter democrático e decentralizado. BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social–PNAS**. Resolução n. 145/04. Brasília: MDS/CNAS, nov. 2004, p.51.

[5]O neoliberalismo propugna a redução do intervencionismo estatal e do raio de ação da política, ao criar interferências contrárias à liberdade individual e ser uma fonte de corrupção. IBARRA, David. O neoliberalismo na América Latina. Revista de Economia Política, vol.31, nº 2 (122), 2011, p.239.

seu nascimento logo “[...] logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado Intervencionista e de bem-estar” (ANDERSON, 1995, p. 1).

Depois de ser adotado em países da América Latina nas décadas de 1970 e1980 em países como Chile, Bolívia, México, Argentina, Venezuela e Peru, o Neoliberalismo chega ao Brasil na década de 1990 (ANDERSON, 1995).

Contribuindo com Anderson, o autor Faleiros (2009, p.187) afirma que:

> As reformas neoliberais tem propósitos e mecanismos semelhantes em todo o mundo, embora, em cada um país, haja reações e arranjos diferentes. O propósito é o de mudar a estruturação do sistema de bem estar social, com a diminuição do papel do Estado e, principalmente, da garantia de direitos sociais, e a inserção dos dispositivos de manutenção da força de trabalho nos mecanismos lucrativos do trabalho.

Como disse Faleiros acima, o neoliberalismo retira direitos sócias e altera a relação da força de trabalho, com isso a adesão da economia brasileiro ao capitalismo neoliberalismo acabou trazendo consequências como: desemprego, privatizações e retrocesso nas políticas sociais, e, é dentro deste cenário que a constituição buscará sua efetivação e que Loas será aprovada, que apesar de uma grande conquista também é motivo de retrocesso por acontecer em um momento de diminuição no papel do Estado, dentro dessa nova lógica (FALEIROS, 2009).

É evidente, de acordo com o que já foi mencionado, que tanto a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993 trouxeram a política de assistência para um campo novo: o campo da Seguridade Social e da proteção social pública. Nesse contexto:

> [...] campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal, iniciando um processo que tem como horizonte torná-la visível como política pública e direito dos que dela necessitarem. Sem dúvida um avanço, ao permitir que a assistência social, assim posta, transite do assistencialismo clientelista[6] para o campo da Política Social. Como Política de Estado, passa a ser um campo de defesa e atenção dos interesses dos segmentos mais empobrecidos da sociedade (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2011, p.56).

Se reconhece que a década de 1980, foi de grandes conquistas no que se refere o campo político e social, a chamada democracia brasileira foi conquistada através de

[6][...] é a apropriação privada da coisa pública[...]. FARIAS, Francisco Pereira de. Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. Rev. Sociol. Polit. [online]. 2000, n.15, p.49.

muitas lutas. A Constituição Federal de 1988 foi à maior delas (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). Porém, sabe-se também que:

> Apesar dos avanços, foram também inscritas no texto constitucional, produto de uma correlação de forças desfavorável [...] orientações que deram sustentação ao conservadorismo no campo da política social. Exemplo disso é a contraditória convivência entre universalização[7]e seletividade**,** bem como o suporte legal ao setor privado, em que pese a caracterização de dever do Estado para algumas políticas (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 145).

Então nos fica claro que, as conquistas sociais que haviam sido aprovadas na CF de 1988 sofrem um retrocesso na década de 1990, afinal, segundo Couto; Yazbek e Raichelis (2011, p.58):

> Nos anos de 1990, a somatória de perdas dos trabalhadores, que vão configurar um novo perfil para a questão social brasileira, particularmente pela via da vulnerabilidade do trabalho, confronta-se com a erosão do sistema de garantias e proteções sociais e com a emergência de "modernas" e focalizadas práticas filantrópicas que descaracterizam direitos, despolitizam os conflitos sociais e desmontam a universalidade das políticas sociais públicas.

O ideário neoliberal adotado pelo governo brasileiro atingiu em cheio as políticas sociais, afinal, a garantia dos direitos volta a ser pensada e planejada em volta dos civis e políticos, enquanto o social fica à mercê da caridade da sociedade brasileira e para a focalização de um Estado cada vez mais mínimo, acarretando no aumento do desemprego e em salários menores, contribuindo para o agravamento da desigualdade social (COUTO, 2004).

> Em síntese, esse novo modelo de acumulação implica que: os direitos sociais perdem identidade e a concepção de cidadania se restringe; aprofunda-se a separação público-privado e a reprodução é inteiramente devolvida para este último âmbito; a legislação trabalhista evolui para uma maior mercantilização (e, portanto, desproteção) da força de trabalho; a legitimação do Estado se reduz à ampliação do assistencialismo (SOARES apud COUTO, 2004, p. 70).

Mesmo dentro deste cenário desfavorável, a implementação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), foi um ganho para a Política de Assistência, pois nela estão dispostos: os objetivos e diretrizes da política de assistência social. A Lei Orgânica de Assistência Social define entre outras coisas, que a assistência social trata da organização e gestão da política e de seus benefícios e programas do financiamento da política (BRASIL, 1993).

---

[7][...] acesso mínimo aos serviços sociais, indispensável para a sobrevivência do cidadão [...].CAMARGO, José Marcio. Gastos Sociais: **focalizar versus universalizar.** Políticas Sociais: Acompanhamento e Analise, Brasília, nº 7 ago. 2007, p. 117

Um dos fatores definidos pela LOAS é que a assistência social será gerida de maneira compartilhada entre União, Estados e Municípios. Outra variável é que as entidades de assistência farão sua atuação de maneira complementar ao Estado. Também está definida pela Lei Orgânica de Assistência Social a existência de três importantes instrumentos de gestão do sistema descentralizado e participativo: Conselhos de Assistência Social, Plano de Assistência Social e os Fundos de assistência social (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2011).

Sobre os Conselhos podemos dizer que:

> São instâncias deliberativas do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social em todas as esferas de governo (federal, estadual, municipal e do Distrito Federal) de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil. Deliberam sobre a política de assistência social, normatizando, disciplinando, acompanhando, avaliando e fiscalizando os serviços, programas, projetos e benefícios desenvolvidos pela assistência social (ESPIRITO SANTO, 2009, p.25).

A respeito do Plano de Assistência Social:

> É um instrumento de planejamento estratégico da política de assistência social – elaborado pelo gestor é aprovado pelo conselho em cada esfera de governo – que organiza, regula e norteia a execução da política na perspectiva do SUAS. Sua estruturação comporta os objetivos gerais e específicos, as diretrizes e prioridades deliberadas, as ações e estratégias correspondentes para sua implementação, as metas estabelecidas, os resultados e impactos esperados, os recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários, os mecanismos e fontes de financiamento, a cobertura da rede prestadora desserviços e os indicadores do monitoramento e avaliação (ESPIRITO SANTO, 2009, p.61-62).

Já, o Fundo de Assistência Social “é instância na qual são alocados os recursos destinados ao financiamento das ações da política de assistência social nas três esferas de governo” (ESPIRITO SANTO, 2009, p.39).

Com a finalidade de efetivar a Lei Orgânica de Assistência Social, foi aprovada em 2004 a Resolução nº 145/04 (Conselho Nacional de Assistência Social, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Nacional de Assistência Social), com o propósito de implantar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que teve sua elaboração a partir de debates em todos os estados brasileiros (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2011).

A PNAS formulou, como maneira de materializar as diretrizes da LOAS, o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), que se elabora a regulação e organização em todo território nacional das ações socioassistenciais, logo, representando ao menos a mínima garantia de direitos básicos para a população que necessita de mínimos

sociais[8], sendo responsabilidade do Estado, apoiado em um exemplo de gestão compartilhada, na qual são detalhadas as atribuições e competências dos Governos da Federação, Estado e Municípios, na provisão de atenções socioassistenciais, de acordo com o anunciado na LOAS e nas Normas Operacionais Básicas (NOB) (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2011).

Segundo a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS, "para a implantação do SUAS e para alcançar os objetivos previstos na PNAS/2004, é necessário tratar a gestão do trabalho como uma questão estratégica" (BRASIL, 2006, p. 15).

A Política Nacional de Assistência Social, em consonância com o disposto na LOAS capítulo II, seção I, artigo 4º, baseia-se concepções democráticas abaixo:

> I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
> II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
> III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade (BRASIL, 2004, p.32).

A organização da Assistência Social possui as diretrizes a seguir, com base na Constituição Federal de 1988 e na LOAS:

> I - Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;
> II – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
> III – Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;
> IV – Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos (BRASIL, 2004, p.32-33).

Sob a perspectiva de realizarem-se de forma conjunta as políticas de setores, considerando as diferenças socioterritoriais, tendo em conta a sua defrontação à

---

[8]Do ponto de vista histórico, os mínimos sociais foram formulados tendo em conta o conceito de pobreza e particularmente com, com os limiares de pobreza absoluta. Tal fato ocorre de forma a garantir uma sobrevivência biológica e fisiológica, além das condições necessárias ao estabelecimento da capacidade de trabalho, ao nível mais basal dos patamares de padrão de vida. SPOSATI, Adaíza (Org.), Proteção Social de cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal. In: SANTOS, Marisa Ferreira. Benefícios de prestação Continuada e proteção social no Brasil – Limites e perspectivas. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011, cap. 4.

segurar os mínimos sociais, o provimento de conjuntura para cumprir contingências sociais e tornar universal os direitos sociais, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), assim se objetiva:

> • Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem.
> • Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.
> • Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2004, p.33).

Seguindo o processo de construção e normatização nacional do Sistema Único de Assistência Social em 2005 o Conselho Nacional de Assistência Social, por meio da NOB nº 130, de julho de 2005, cria o Sistema Único de Assistência Social (BRASIL, 2004).

A PNAS legitima o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), criado em 2005. São dele ofícios essenciais como: a garantia da segurança da sociedade, a vigilância, e a defesa dos direitos socioassistenciais. Seus principais objetivos são: enunciar responsabilidades; estabelecer níveis de gestão de cada esfera; determinar as competências das instâncias que formam a rede de proteção social e sua articulação; descrever a forma de gestão financeira, transferências e critérios de partilha (BRASIL, 2004).

O SUAS “constitui-se em um sistema integrado, descentralizado e participativo, compreendendo os serviços socioassistenciaisde órgãos públicos e entidades não governamentais, tendo a família como foco da atenção e o território como base de organização” (BRASIL, 2004, p. 39).

O SUAS tem como modelo de gestão:

> Matricialidade Sociofamiliar.
> Descentralização político-administrativo e Territorialização.
> Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil.
> Financiamento.
> Controle Social.
> O desafio da participação popular/cidadão usuário.
> A política de Recursos Humanos.
> Informação, monitoramento, avaliação (BRASIL, 2004, p. 39).

A respeito da Matricialidade Sociofamiliar a PNAS diz que:

> As reconfigurações dos espaços públicos, em termos de direitos sociais assegurados pelo Estado Democrático de um lado e, por outro, dos constrangimentos provenientes da crise econômica e do mundo do trabalho,

> determinaram transformações fundamentais na esfera privada, resignando as formas de composição e o papel das famílias. Por reconhecer as fortes pressões que os processos de exclusão sociocultural geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições, faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, como espaços privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primarias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também precisa ser cuidada e protegida (BRASIL, 2004, p. 40-41).

Ainda a respeito da matricialidade sócio familiar, Battini (2007, p.72) afirma que:

> O trabalho com famílias na política de assistência social deve expressar a forma de se atuar com a própria sociedade, na direção do esgotamento dos determinantes geradores das demandas. Afinal, as necessidades transfiguradas como demandas são expressões da questão social.

Desta forma, independentemente de se atender um membro ou alguns membros de uma família não poderá ter seu campo de atuação restringido. As estratégias deverão sempre ser na perspectivas de acesso a direitos coletivos (BATTINI, 2007).

Sobre a Descentralização Político-Administrativo e Territorialização a PNAS afirma que:

> No campo da assistência social, o artigo 6º, da LOAS, dispõe que as ações na área são organizadas em sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações de assistência social, articulando meios, esforços e recursos, e por um conjunto de instancias deliberativas, compostas pelos diversos setores envolvidos na área. O artigo 8º estabelece que União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios observados os princípios e diretrizes estabelecidas nesta Lei, fixarão suas respectivas políticas de assistência social (BRASIL, 2004, p. 43)

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) faz a proposta de que proteção social seja uma ação integrada entre Estado e sociedade para garantir a proteção social de quem dela necessitar. Cumprindo assim uma determinação da CF de 1988 no seu artigo 204 coloca a sociedade civil como participante na “[...] execução dos programas através das entidades beneficentes e de assistência social, bem como na participação na formulação e no controle das ações em todos os níveis”. Criando assim, novas bases para a relação entre o Estado e a sociedade civil (BRASIL, 2004, p. 46).

A respeito do financiamento da Seguridade Social, a PNAS diz o seguinte:

> O financiamento da seguridade social está previsto no art. 195, da Constituição Federal de 1988, instituindo que, através de orçamento próprio, as fontes de custeio das políticas que compõe o tripé devem ser financiadas por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das contribuições sociais (BRASIL, 2004, p.48).

Sobre o controle social, a Política Nacional de assistência Social de 2004 aponta

que:

> O controle social tem sua concepção advinda da Constituição Federal de 1988, enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político-administrativa – financeira e técnico-operativa, com caráter democrático e descentralizado. Dentro dessa lógica, o controle do Estado é exercido pela sociedade na garantia dos direitos fundamentais e dos princípios democráticos balizados nos preceitos constitucionais (BRASIL, 2004, p. 51).

Em relação à participação nos conselhos de assistência social a PNAS de 2004 afirma que é preciso algumas reflexões. “A primeira delas, sobre a natureza da assistência social, que só em 1988 foi levada à categoria política pública”. Afinal, até então, a assistência sempre esteve ligada a caridade, e a filantropia (BRASIL, 2004, p. 52).

Outra reflexão colocada pela PNAS 2004, a respeito da participação dos usuários nos conselhos de assistência social, “[...] é a necessidade de um amplo processo de formação, capacitação, investimentos físicos, financeiros, operacionais e políticos, que envolva esses atores da política de assistência” (BRASIL, 2004, p.52).

E por fim, a Política Nacional de Assistência Social de 2004 afirma que, “[...] é importante ressaltar nesse eixo a necessidade de informação aos usuários da assistência social para o exercício do controle do Estado para que efetivem essa política como direito constitucional” (BRASIL, 2004, p. 53).

Já sobre a política de recursos humanos a PNAS, ressalta que:

> O tema recursos humanos não tem sido matéria prioritária de debate e formulações, a despeito das transformações ocorridas no mundo do trabalho e do encolhimento da esfera pública do Estado, implicando precarização das condições de trabalho e do atendimento à população. [...] outro aspecto relevante é o referente ao surgimento de novas “ocupações/funções” . Nesta perspectiva, esta política nacional aponta para a necessidade de uma NOB – Norma Operacional Básica para a área de Recursos Humanos, amplamente discutida com os trabalhadores, gestores, dirigentes das entidades prestadoras de serviços, conselheiros entre outros, definindo composição da equipe (formação, perfil, atributos, qualificação, etc.) (BRASIL, 2004, p. 53-55).

E para finalizar o modelo de gestão do SUAS, a PNAS de 2004, diz que a respeito, da informação, do monitoramento e da avaliação:

> A formulação e a implantação de um sistema de monitoramento e avaliação e um sistema de informação em assistência social são providencias urgentes e ferramentas essências a serem desencadeadas para a consolidação da Política Nacional de Assistência social e para a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Trata-se, pois, de construção prioritária e fundamental que deve ser coletiva e envolver esforços dos três entes da federação (BRASIL, 2004, p. 55).

Ainda a respeito do SUAS, no que tange a proteção social, o mesmo define que a assistência social é uma política de proteção social não contributiva. Três aspectos são apontados para a estruturação desta proteção: realizar ações direcionadas para proteger os cidadãos dos riscos sociais[9]; proteger as necessidades individuais e sociais; e ofertar atenção em dois níveis de proteção: proteção social básica e proteção social especial - de média e alta complexidade (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2011).

Segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS):

> A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se a população que vive em situações de vulnerabilidade social[10], decorrente da pobreza[11], privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos), dentre outros e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outros) (BRASIL, 2004, p. 33).

Ainda no que diz respeito à Proteção Social Básica, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e outras unidades públicas são executores dos serviços desta proteção social, agindo de forma direta, já as organizações de assistência social da área de abrangência do CRAS, executam os serviços de forma indireta (BRASIL, 2004).

Em relação ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), a PNAS, Brasil (2004, p.35) diz que:

---

[9] Deve ser entendido como evento externo, de origem natural, ou produzido pelo ser humano, que afeta a qualidade de vida das pessoas e ameaça sua subsistência. Os riscos estão relacionados tanto com situações próprias do ciclo de vida das pessoas. Quanto com condições específicas das famílias, comunidades ou entorno**.** BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. **Dicionário de termos técnicos da assistência social.** Belo Horizonte: ASCOM, 2007, p. 132.

[10]Apresenta-se como uma baixa capacidade material, simbólica e comportamental, de famílias e pessoas, para enfrentar e superar os desafios com os quais se defrontam, o que dificulta o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da Sociedade. BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. **Dicionário de termos técnicos da assistência social.** Belo Horizonte: ASCOM, 2007, p. 132.

[11][...]podemos afirmar que se refere a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista brasileira de ciências sociais.** v. 15, n. 42. 124-142, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1741> Acesso em 05 out. 2016.

> [...] é uma unidade pública e estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassitenciais locais da política de assistência social.

O CRAS também tem como uma de suas funções, informar e orientar a população de seu território, articulando com a rede de proteção social local no que tange os direitos de cidadania, permanecendo ativo um serviço de vigilância, sistematizando e divulgando os indicadores de sua zona de cobertura (BRASIL, 2004).

É preciso também estar em conexão com os outros territórios para que seja feito um trabalho com a rede socioassistencial[12]"[...] mantendo ativo um serviço de vigilância da exclusão social [...]" (BRASIL, 2004, p.35).

Sobre a rede socioassistencial, Couto, Yazbek e Raichelis (2011, p. 186) nos diz que: "a articulação e o funcionamento do trabalho em rede é um dos desafios no processo de consolidação do SUAS [...]".

A proteção social básica oferece um serviço que é fundamental, o Programa de Atenção Integral a Família (PAIF), que é um programa de apoio familiar que permite que as famílias reconstruam a possibilidade de se protegerem enquanto membros possibilita também a inserção da família na cidadania, acessando outras políticas sociais (BRASIL, 2004).

Ainda a respeito do PAIF, segundo Brasil (2015):

> O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é oferecido em todos os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e tem como objetivo apoiar as famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

Outro importante Serviço oferecido pela proteção social básica é o Benefício de Prestação Continuada (BPC), de enfrentamento a pobreza que segundo a PNAS:

> [...] constitui uma garantia de renda básica, no valor de um salário mínimo, tendo sido um direito estabelecido diretamente na Constituição Federal e posteriormente regulamentado a partir da LOAS, dirigido à pessoas com deficiência e aos idosos a partir de 65 anos de idade, observado, para o acesso, a critério de renda previsto na Lei (BRASIL, 2004, p.34).

A proteção social básica também oferece benefícios eventuais em espécie ou

---

[12] A rede socioassistencial é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade. BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Resolução n. 145/04. Brasília: MDS/CNAS, nov. 2004.p.94.

materiais, “de caráter suplementar e temporário não contributiva, podendo ser concedida sob forma de pecúnia, bens de consumo ou prestação de serviço [...]” (BATTINI, 2007, p.171). Além do Bolsa Família que também é um benefício de transferência de renda que tem “os objetivos de combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional com o do combate à pobreza e a outras formas de privação das famílias” (BATTINI, 2007, p.170).

Outros serviços oferecidos pela proteção social básica são: Atendimento Sociofamiliar “visa a construção do protagonismo e do pleno desenvolvimento das famílias e indivíduos [...]” (BATTINI, 2007, p. 166);Defesa de direitos e participação popular “destina-se aos sujeitos abrangidos no território, visando a participação popular e a defesa e ampliação dos direitos” (BATTINI, 2007, p.166);Orientação técnico –jurídica e social: “consiste em orientações acerca dos direitos e encaminhamentos para instancias de mediação e de responsabilidade jurídica [...]” (BATTINI, 2007, p.167).

Socialização familiar e comunitária:

> Visa a inserção na rede de proteção social de usuários da política de assistência social em interface com as demais, quando em situação peculiar, pela condição de dependência de cuidados especiais por idade, deficiência, desproteção familiar, no sentido da real ou potencial negligencia, preconceito e outras formas de opressão (BATTINI, 2007, p.167);

Convivência e sociabilidade:

> oportuniza espaços de reflexão e de convivência para diversos sujeitos, atendendo aos objetivos de inserção nos direitos, fortalecimento do protagonismo e dos vínculos sociais, bem como a construção e reconstrução de projetos individuais e coletivos (BATTINI, 2007, p.168);

Atendimento social circunstancial e emergência: “viabiliza o acolhimento e a escuta qualificada das demandas individuais e familiares, como identificação de necessidades sociais e respectivos encaminhamentos e atenções” (BATTINI, 2007, p.168).

Já a Proteção Social Especial de acordo com as Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS):

> A Proteção Social Especial (PSE) organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitário, o fortalecimento de potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos (BRASIL, 2011b, p.17).

Ainda com relação aos serviços de proteção especial, estes são divididos em: Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade (BRASIL, 2004).

O Serviço de Proteção Social de Média Complexidade é relacionado à família e indivíduos que tiveram seus direitos agredidos, mas que não tiveram suas relações com a comunidade e familiares rompidas, requerendo uma atenção mais individualizada, e, ou, acompanhamento monitorado oferece orientação e acompanhamento para a superação das situações vividas, por meio de promoções de direitos, preservando e fortalecendo as relações familiares e sociais (BRASIL, 2004).

O serviço oferecido pela proteção social de média complexidade é de responsabilidade do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), objetivando orientar e aprimorar o convívio sociofamiliar e comunitário. Diferentemente da proteção social básica que não tem violação de direitos[13], esses serviços são direcionados a famílias e pessoas que tiveram algum dos seus direitos violados, tais como: violência física e/ou psicológica ou violência sexual, adolescente cumprimento algum tipo de medida ou sob proteção da mesma, pessoas que foram traficadas, pessoas que estejam em situação de rua ou que foram abandonadas, crianças que estão sendo exploradas com o trabalho infantil, pessoas que sofrem discriminação por sua condição sexual, pela cor da pele, ou pela sua religião, entre outras (BRASIL, 2004).

Ainda dentro da Proteção Social de Média Complexidade, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é o que trata da maior parte das violações de direitos dentro do CREAS, e de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais tem como função o acompanhamento de famílias e indivíduo que sofreram algum tipo violação de direito, como os que foram citados anteriormente. Ainda segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, são objetivos do PAEFI: contribuir para a consolidação da família e seu papel de proteção; incluir famílias no sistema de proteção e inclusão nos

[13]Atentado aos direitos do cidadão, por ação ou omissão, que infrinja norma ou disposição legal, ou contratual, podendo se dar através de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão. BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. **Dicionário de termos técnicos da assistência social.** Belo Horizonte: ASCOM, 2007. p. 110.

serviços públicos: contribuir para a extinção da violação de direito na família; prevenir que ocorra novamente a violação de direitos (BRASIL, 2009).

Segundo a Política Nacional de Assistência Social de 2004, “são considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com os direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos” (BRASIL, 2004, p. 38).

Destacamos então os serviços oferecidos pela proteção especial (serviços de média complexidade) que são, de acordo com Battini (2007), os seguintes:

Atendimento domiciliar:

> Atendimento da pessoa portadora de deficiência ou idosa com nível de dependência, no próprio domicilio, para apoio socioassistencial e auxilio nas atividades de vida diária, no processo de socialização e inserção comunitária e familiar, realizada por uma equipe multidisciplinar habilitada para as atividades (BATTINI, 2007, p.171);

Atendimento à população de rua: “atendimento que busca estabelecer contato direto da equipe técnica com pessoas moradoras, trabalhadoras ou com trajetória de rua, permitindo conhecer as condições em que vivem e as relações estabelecidas” (BATTINI, 2007, p. 172).

Atendimento jurídico e social:

> Consiste na prestação de orientação acerca dos direitos e das possibilidades de intervenção judicial, na elaboração e acompanhamento de peças judiciais que reclamem os direitos legalmente assegurados e nos encaminhamentos para instancias de mediação e de responsabilização jurídica, quando são identificados situações de risco e de violação de direitos (BATTINI, 2007, p. 172);

Atendimento especializado à criança em situação de trabalho infantil:

> inclui transferência de renda às famílias e jornada ampliada com atividades socioeducativas para criança e adolescentes com idade inferior a 16 anos, envolvidos no trabalho precoce, em atividades perigosas, penosas, insalubres ou degradantes [...] (BATTINI, 2007, p. 172);

Atendimento especializado às vítimas de violência: “serviço de atendimento social, psicológico e jurídico destinado às pessoas vítimas de violência física, psicológica ou negligencia, maus-tratos, e de abuso e exploração sexual e comercial, a seus familiares e ao agressor” (BATTINI, 2007, p. 172).

Execução da medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade:

> consiste na prestação de serviços comunitários, por determinação judicial, como medida socioeducativa destinada aos adolescentes em conflito com a lei, por meio da realização de tarefas gratuitas em entidades

> governamentais e não governamentais (BATTINI, 2007, p. 172-173).

Execução da medida socioeducativa e liberdade assistida:

> Consiste em medida socioeducativa com acompanhamento multidisciplinar, auxilio e orientação em meio aberto a adolescentes encaminhados ao ensino formal, profissionalização e inserção no mercado de trabalho: inclusão na rede de assistência social e em programas oficiais ou comunitários de auxilio, atendimento este estendido aos seus familiares (artigos 118 e 119, ECA) (BATTINI, 2007, p. 173).

Serviço de atendimento especializado às famílias com direitos violados:

> Serviço de atendimento social, psicológico e jurídico, que pode ser complementado com profissionais com formação na área das ciências sociais e humanas, a ser prestado prioritariamente no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), destinados às famílias que tiveram seus direitos violados e permanecem expostas a situações de risco pessoal e social, com objetivo de identificar as causas do processo violador e de recompor os direitos violados (BATTINI, 2007, p. 173).

A respeito do Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade, este atende às famílias e as pessoas que estão em situação de abandono, intimidação ou agressão de direitos, precisando ser acolhido de forma momentânea fora de seu núcleo familiar e, ou, sua comunidade (BRASIL, 2004).

Para atender os usuários da proteção social especial de alta complexidade a PNAS, assegura alguns serviços que segundo Battini (2007), são:

Serviços de abrigamento:

> Serviço socioassistencial com caráter de proteção pelo abrigamento temporário/transitório, com atendimento integral em caso de riso social ou pessoal, decorrente de abandono, maus-tratos, negligencia ou outros fatores, com suspensão momentânea ou quebra de vinculo familiar e comunitário, sendo ofertados os cuidados primários e viabilizada a convivência e as atividades de vida diária (BATTINI, 2007, p. 173-174).

Família acolhedora:

> Serviços para atendimento por famílias cadastrada e capacitadas para oferecer abrigo, acolhimento e convívio temporário às pessoas em situação de abandono, negligencia, suspensão temporária ou com vínculos familiares rompidos ou, ainda, ás pessoas impossibilitadas de conviver com suas famílias (BATTINI, 2007, p. 174).

Execução da medida socioeducativa de semiliberdade:

> Consiste de medida socioeducativa restritiva de liberdade, aplicada aos adolescentes em conflito com alei, por determinação judicial, podendo ser determinada desde o início ou como forma de transição para o meio aberto, que possibilita a realização de atividades externas de escolarização e profissionalização, de lazer, e da preservação de vínculos familiares e comunitários (artigo 120, ECA) (BATTINI, 2007, p. 174).

Execução da medida socioeducativa de internação provisória:

> Consiste em medida privativa de liberdade com desenvolvimento de atividades socioeducativas junto a adolescentes em conflito com alei que se encontra em cumprimento de medida de internação, por determinação judicial, por um período máximo de 45 dias para o estudo do caso e decisão judicial (artigos 121, 122 e 123, ECA) (BATTINI, 2007, p. 174).

Execução da medida socioeducativa de internação sentenciada:

> [...] aplica aos adolescente em conflito com a lei, por determinação judicial, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição da pessoa em desenvolvimento, com a realização de atividades escolares e de profissionalização e preservação dos vínculos familiares e comunitários, cumprida em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosas separação por idade, compleição física e gravidade de infração (artigos 121, 122 e 123, ECA) (BATTINI, 2007, p. 174-175).

Ainda sobre a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, a Tipificação diz que:

> O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. As regras de gestão e de convivência deverão ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme perfis (BRASIL, 2009, p. 31).

Sendo assim, o abrigo deve estar inserido em comunidade com características residenciais, com ambiente acolhedor e com uma estrutura adequada, para que se possa ter um desenvolvimento mais próximo do familiar, devendo também possuir fácil acesso, além de ser um ambiente seguro e limpo (BRASIL, 2009).

Ao realizar a revisão bibliográfica para a conclusão do estudo a respeito da política de assistência social no Brasil, foi possível observar avanços importantes ao longo do seu processo de construção, superando o cunho assistencialista e filantrópico, se distanciando da caridade e da boa ação. Características marcantes da assistência antes de se tornar política pública com a Constituição Federal de 1988. É inegável que o tripé de Seguridade Social colocou a assistência social em outro patamar, caracterizando-a como uma direito do cidadão que dela necessita e dever do Estado assegurar minimamente as condições de sobrevivência dos cidadãos mais carentes e vulneráveis.

No entanto, também foi possível observar que a consolidação e efetivação da assistência social está muito mais no campo teórico do que efetivamente na pratica, na sua execução. Seu retrocesso se deu principalmente pelo ideal neoliberal que começou a vigorar no país a partir da década de 1990, exatamente no momento da execução das conquistas obtidas através da Constituição Federal de1988.

A partir disso, foi possível observar que os programas e serviços executados pela

assistência social desde então, tem sido de forma focalizada, seletiva e excludente, voltados apenas para os usuários pobres que sofrem duas vezes, primeiro com esse caráter pontual e depois com o preconceito e estigma que se carrega por acessar a política de assistência social.

Por isso é importante salientar, tendo em conta a bibliografia referenciada, que mesmo com os avanços conquistados ao longo de sua trajetória, a assistência social muito ainda precisa avançar e se tornar mais eficaz e efetiva, para se consolidar como uma política de direito e de cidadania.

O capítulo seguinte tratará sobre o surgimento do Serviço Social brasileiro, passando pelo Movimento de Reconceituação do Serviço Social, a construção do projeto ético político profissional e sobre o processo de trabalho do serviço social ao longo de sua trajetória.

## 2.2 SERVIÇO SOCIAL

Este capítulo tem por objetivo discutir o surgimento do Serviço Social brasileiro, como se deu o Movimento de Reconstituição do Serviço Social, a construção do projeto ético político profissional e discutir o processo de trabalho do serviço social ao longo de sua trajetória.

### 2.2.1 O surgimento do Serviço Social no Brasil

O Serviço Social inicia no Brasil como uma forma de controlar a classe trabalhadora e as tensões sociais que passam a ficar mais evidentes nas décadas de 1920 e 1930 com a força de trabalho explorada e o surgimento da Questão Social. Os sub-empregos, e principalmente os desemprego, fazem os trabalhadores não terem as condições necessárias para sua sobrevivência (IAMAMOTO; CARVALHO, 2000)

Segundo Iamamoto e Carvalho (2000, p.126):

> A exploração abusiva a que era submetido – afetando sua capacidade vital – e a luta defensiva que o operariado desenvolve aparecerão, em determinado momento, para o restante da sociedade burguesa, como uma ameaça a seus mais sagrados valores, “a moral, a religião, e a ordem pública”. Impõe-se, a partir daí, a necessidade do controle social da exploração da força de trabalho.

Quem também colabora com a discussão a respeito do Surgimento do Serviço Social no Brasil é Maria Cristina Piana, (2009, p.88) diz que:

> O surgimento do Serviço Social está intrinsecamente relacionado com as transformações sociais, econômicas e políticas do Brasil nas décadas de 1930 e 1940, com o projeto de recristianização da Igreja Católica e a ação de grupos, classes e instituições que integraram essas transformações.

É dentro deste contexto que se dá o surgimento do Serviço Social brasileiro, que se dá, através da pressão dos grupos mais afetados e surge, para responder e satisfazer minimamente esses grupos. Porém seu nascimento "não se baseará, no entanto em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da igreja católica" (IAMAMOTO; CARVALHO, 2000, p.127).

Iamamoto e Carvalho (2000) seguem dizendo que:

> A pressão exercida pelo proletariado – presente mesmo nas conjunturas especificas em que sua luta não se faça imediata e claramente presente enquanto manifestações abertas – permanece constantemente como pano de fundo a partir do qual diferentes atores sociais mobilizam políticas diferenciadas. Essas políticas demarcarão os limites dentro dos quais ira surgir e atuar o Serviço Social – a caridade e a repressão – limites em relação aos quais deve se constituir numa alternativa (IAMAMOTO; CARVALHO, 2000, p.128).

Ficando claro que seu surgimento está ligado a necessidade que o Estado tem de responder a pressão popular que começa a ser e conhecer como classe. Porém, tais demandas serão atendidas ligadas a caridade e a filantropia (IAMAMOTO; CARAVALHO, 2000).

Ainda sobre o surgimento do Serviço Social, segundo Iamamoto (2000, p.18) "aparece como uma das frentes mobilizadas para a formação doutrina e para um aprofundamento sobre os "problemas sociais" de militantes, especialmente femininas, do movimento católico[..]". Foi também uma forma encontrada pela Igreja católica de recuperar terreno e prestígio junto à população cada vez mais descrente em sua doutrina (IAMAMOTO, 2000).

Ainda segundo Iamamoto (2000, p.20):

> O Serviço Social aparece aos militantes […] como uma alternativa profissionalizante às suas atividades de apostolado social, num momento de profundas transformações sociais e políticas. A Ação Social Católica e a Ação Católica logo se tornam uma das fontes preferenciais de recrutamento desses profissionais.

O Serviço Social como profissão será muito mais que uma forma de fazer e praticar a caridade, será sobre tudo, uma forma de mediar e de expandir a ideologia

capitalista no cotidiano dos trabalhadores e, terá como base a atividade assistencial (IAMAMOTO, 2000).

Ainda Segundo a autora, "[...] seus efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mutua colaboração entre capital e trabalho" (IAMAMOTO, 2000, p. 20).

Segundo Iamamoto; Carvalho (2000, p. 128):

> A crise do comércio internacional em 1929 e o movimento de 1930 representam um marco importante na trajetória da sociedade brasileira […] todos os segmentos da sociedade são profundamente afetados por essas transformações, induzidos a alterar em profundidade seus posicionamentos e práticas anteriores [...] a evoluções dessas posições no decorrer das décadas de 1920 e 1930, especialmente no que se referir à "Questão Social", no bojo da qual se dá a implantação do Serviço Social.

Diante do exposto vivenciado pelo Brasil no início do século XX, percebem-se algumas formas de intervenção do Estado, no intuito de controlar as tensões sociais e também como forma de garantir a disciplina e a reprodução da força de trabalho. É então que o Estado passa a utilizar estratégias com caráter interventivo e de regulação da questão social. Assim, as primeiras ações de intervenção do Serviço Social têm como objetivo minimizar as consequências materiais e morais provenientes do trabalho assalariado, ou seja, são ações de cunho filantrópico (IAMAMATO; CARVALHO 2000).

Porém, o Serviço Social no seu fazer profissional não estará apenas caracterizado como uma nova forma de exercer a caridade, mas também:

> [...] como uma forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, com base na atividade assistencial; seus efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho (IAMAMOTO, 2000, p.20).

A estratégia de caridade desenvolvida pelo Serviço Social é de ser diferente da caridade tradicional "[…] vista como uma mera reprodutora da pobreza, o Serviço Social propõe uma ação educativa entre a família trabalhadora, numa linha não apenas curativa, mas preventiva dos problemas sociais" (IAMAMOTO, 2000, p. 20).

Segundo Iamamoto (2000, p. 20) "distingue-se também da assistência pública, que, desconhecendo a singularidade e particularidade dos indivíduos, produz respostas não diferenciadas aos "problemas sociais"".

Atuando assim “[...] através de entidades filantrópicas privadas e através do Estado, o Serviço Social orienta-se para a individualização da proteção legal. Entendida como assistência educativa adaptada aos problemas individuais” (IAMAMOTO, 2000, p.20).

Percebe-se então que em seu início, a atuação profissional do Serviço Social não enxergava o antagonismo existente entre o capital e o trabalho, e consequentemente não considerava a exploração capitalista como fator principal da existência e do crescimento da Questão Social (IAMAMOTO, 2000).

A respeito da atuação baseada na filantropia e na caridade, como uma forma de controle social, na qual se desenvolvia o Serviço Social em seus primórdios, Martinelli (2011) contribui e diz que:

> Os benefícios, concessões e serviços oferecidos procuravam recobrir a dominação e a exploração burguesa, situando-se como formas ideológicas de preservar o domínio de classe. A “ação cristianizadora do capitalismo”, uma das principais bandeiras de luta do Serviço Social ao longo das décadas de 30 e 40, era portanto, uma forma peculiar de ação política, estrategicamente concebida pela sociedade burguesa constituída para consolidar sua hegemonia de classe, para garantir o controle social e político do proletariado e dos segmentos sociais mais pauperizados” (MARTINELLI, 2011, p. 127).

Sendo assim, o Serviço Social é de imediato um agente a serviço do Estado e burguesia, como uma forma eficaz encontrada para o fortalecimento político, social, ideológico e também para expansão e fortalecimento do capitalismo frente ao socialismo que era uma nova opção para as classes mais pobres no período e que estavam “vulnerareis” a novas ideias, o que atrapalharia os planos de expansão do capital (MARTINELLI, 2011).

É importante entender que se o surgimento do Serviço Social nasce do movimento da igreja católica e com o intuito de atender aos interesses do Estado, a profissionalização e de legitimação segundo Iamamoto “encontra-se estreitamente articulado a expansão das grandes instituições sócio-assistenciais estatais, paraestatais e autárquicas, que foram surgindo especialmente nas décadas de 40” (IAMAMOTO, 2000, p. 30).

Com isso uma enorme ampliação do mercado de trabalho acontece para a profissão, “[...] tornando assim o Serviço Social uma atividade institucionalizada e legitimada pelo Estado e pelo conjunto dominante” (IAMAMOTO, 2000, p. 31).

Essa é uma importante mudança, afinal se para as primeiras assistentes sociais, a profissão tinha um caráter de missão e de apostolado, para as novas profissionais sua legitimidade agora, será derivada do mandado institucional, ligado direta ou indiretamente pelo Estado (IAMAMOTO, 2000).

Segundo Iamamoto (2000):

> A vinculação institucional altera, ao mesmo tempo, a "clientela" do Serviço Social: de pequenos segmentos da população pobre em geral, atingida ocasionalmente pelas obras sociais confessionais, seu público se concentrará em amplos setores do proletariado, alvo principal das políticas assistenciais implementadas pelas instituições. Este processo consolida a profissionalização do Assistente Social, que se torna categoria assalariada e recruta seus membros entre os setores médios (IAMAMOTO, 2000, p. 31).

Esse processo de mudança que a profissão passa a ter, também tem a contribuição dos programas e políticas sociais que são inseridos para a concretização do desenvolvimentismo populista que era uma ideologia que dominava o pós guerra (IAMAMOTO, 2000).

Com isso, começam a surgir através da igreja instituições de assistência como: a Associação das Senhoras Brasileiras (1920), no Rio de Janeiro, e a liga das Senhoras Católicas (1923), em São Paulo (IAMAMOTO; CARVALHO, 2000).

Ainda sobre o surgimento dessas instituições nos é dito que:

> O surgimento dessas instituições se dá dentro da primeira fase do movimento de "reação católica", da divulgação do pensamento social da igreja e da formação das bases organizacionais e doutrinarias do apostolado laico. Tem em vista não o socorro aos indigentes, mas, já dentro de uma perspectiva embrionária de assistência preventiva, de apostolado social, atender, e atenuar determinadas sequelas do desenvolvimento capitalista, principalmente no que se refere a menores e mulheres (IAMAMOTO; CARVALHO, 2000, p. 166-167).

Já em 1932, com o objetivo de "[...] promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais [...]" (IAMAMOTO; CARVALHO, 2000, p. 169).

É fundado então em 1932 o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), tido como manifestação inicial do Serviço Social no Brasil, com o intuito de melhorar a eficiência dos trabalhos sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2000).

A respeito deste assunto, Aguiar (1995) contribui dizendo que:

> Da necessidade de uma ação mais coerente e organizada, surgem grupos, associações que por sua vez organizam cursos, semanas de estudos para

> formação de seus quadros. No Brasil, constatamos a realização de cursos de formação social e de semanas sociais, entre outros (AGUIAR, 1995, p. 28).

Com isso, muitas das escolas de Serviço Social acabam surgindo desses grupos participantes de formação social e também das semanas sociais, que acontecem entre outros: no Rio de Janeiro, em São Paulo, Porto Alegre e Natal (AGUIAR, 1995).

Então em 1936 é fundada pelo CEAS a Escola de Serviço Social de São Paulo, a pioneira do Brasil. Tal escola não é tida como fruto exclusivo do Movimento Católico Laico, mas sim como consequência da expansão das práticas de assistência social que ocorriam no período, práticas ainda caracterizadas pelo assistencialismo e caridade e de uma forte ligação com a igreja católica é bem verdade, mas também por iniciativa de assistentes sociais, com formação na Escola de Serviço Social de Bruxelas e com o apoio de Jovens da Ação Social Católica (IAMAMOTO; CARVALHO, 2000).

A respeito do surgimento da primeira escola de serviço social Aguiar (1995, p. 29) diz que nasce da [...] “necessidade sentida de uma melhor preparação para ação social dos quadros militantes da Ação Católica”.

Já em 1937, de maneira diferente da escola de Serviço Social de São Paulo, porém com os mesmos objetivos, aparece no Rio de Janeiro à segunda Escola de Serviço Social do Brasil (AGUIAR, 1995).

Com as escolas, a formação técnica especializada para a execução da assistência é vista não mais apenas como cunho religioso, mas de importância para o Estado e a burguesia como nos cita Iamamoto e Carvalho (2000, p.184):

> A necessidade de formação especializada para a prática de assistência é vista não apenas como uma necessidade particular ao movimento católico. Tem-se presente essa necessidade, enquanto necessidade social que não apenas envolve o aparato religioso, mas também o Estado e o empresariado.

A Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro nasce em 1937, influenciada por outros fatores, mas ainda igualmente ligada à igreja católica e tudo que esta defendia (IAMAMOTO; CARVALHO, 2000).

Segundo Iamamoto; Carvalho (2000, p. 186) “No decorrer da década de 1940, surgem diversas escolas de serviço social nas capitais dos Estados, sendo que quatorze enviam representantes ao I Congresso Brasileiro de Serviço Social,

realizado em 1947”. Sendo que a maioria dessas formações estarão influenciadas pelas duas pioneiras de origem católica (IAMAMOTO; CARVALHO, 2000).

Iamamoto e Carvalho (2000) nos dizem que “até o fim da década, o número de Assistentes Sociais diplomadas será pouco superior a 300, concentrando-se em São Paulo (cidade de São Paulo) e no Distrito Federal, com esmagadora maioria de mulheres” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2000, p. 187).

Ainda sobre a formação dos Assistentes Sociais e as Escolas de Serviço Social, Aguiar contribui nos dizendo que: “A exemplo das escolas de São Paulo e Rio de Janeiro, a maioria das escolas até 1950 terão a influência direta da Igreja Católica, tais como: Natal, Belo Horizonte, Porto Alegre, Escola Masculina de Rio e São Paulo” (AGUIAR, 1995, p. 30).

Por mais que as primeiras escolas de Serviço Social brasileiras surgem sobre a influência da igreja, no decorrer do tempo trouxeram também transformações para o Serviço Social. Suas práticas iniciais ligadas a igreja católica e a ação social começaram a ser repensadas nas décadas seguintes (AGUIAR, 1995).

Tais questionamentos dão início na década de 1960 por parte de alguns profissionais. É em meio ao conturbado contexto político da década (Ditadura Militar) que as inquietações vão se fortalecendo e momentos decisivos vão se estabelecendo para a profissão (AGUIAR, 1995).

Sobre as transformações que começaram a ocorrer no serviço social brasileiro a partir de inquietações e questionamentos por parte de alguns profissionais, Netto (2011, p.128) diz que:

> […] o Serviço Social no Brasil, até a primeira metade da década de sessenta, não apresentava polêmicas de relevo, mostrava uma relativa homogeneidade nas suas projeções interventivas, sugeria uma grande unidade nas suas propostas profissionais, sinalizava uma formal assepsia de participação político-partidária, carecia de uma elaboração teórica significativa e plasmava-se numa categoria profissional onde parecia imperar, sem disputas de vulto uma consensual direção interventiva e cívica.

Ao longo dos anos seguintes a ruptura do Serviço Social com esse cenário começa a se desenhar de fato, e um dos momentos importantes para esta concretização aconteceu entre os dias 19 a 26 de março de 1967, quando ocorreu o 1º Seminário de Teorização do Serviço Social, em Araxá, Minas Gerais. “Esse seminário se insere dentro de um momento de questionamento por parte do Serviço Social e de busca

de uma metodologia mais adequada de inserção ao movimento" (AGUIAR,1995, p. 111).

Alguns fatores contribuíram para o questionamento da natureza e operacionalização por parte dos assistentes sociais no início da década de 1960, como os citados a seguir:

> O aparecimento de ideologias novas focalizando a inadequação das estruturas políticas e sociais para o desenvolvimento e a necessidade de união dos interessados para trabalhar em cooperação em vista das mudanças desejadas;
> A concretização dessas ideologias em movimentos culturais ou de educação popular, cuja finalidade era "conscientizar para agir";
> A criação de movimentos de assistentes sociais na América Latina, contestando a validade da metodologia atualmente empregada e estudando a reconceituação do Serviço Social. Um desses movimentos é a "geração 65", nascido no sul do Brasil, que inaugurou a série de Seminários Latino-Americanos. Alguns Assistentes Sociais eram levados a considerar o Serviço Social não mais como uma "intervenção", mas como um meio de "conscientização":
> A preocupação dos Assistentes Sociais em conceituar o Serviço Social em face das exigências do desenvolvimento, o que os obrigou a reconhecer a necessidade de uma teorização (AGUIAR, 1995, p. 112).

O resultado desse 1º Seminário de Teorização do Serviço Social foi a criação do Documento de Araxá, que é considerado um marco para a ruptura do Serviço Social com a ordem burguesa. O documento traz a necessidade de uma nova configuração para o Serviço Social, principalmente começando pela importância de que sua prática profissional fosse pautada em princípios teóricos e que suas ações estivessem a serviço da sociedade brasileira (AGUIAR, 1995).

Ainda a respeito do Documento de Araxá e sua importância para os novos rumos do Serviço Social, Aguiar (1995) nos diz: "O Documento de Araxá nasce num momento em que acontecimentos importantes marcam a vida do Serviço Social latino-americano. Nesse período histórico, temos o chamado Movimento de Reconceituação do Serviço Social" (AGUIAR, 1995, p. 119).

Outro encontro de grande importância para o rompimento do serviço social com a burguesia e para o processo de renovação do Serviço Social brasileiro é o Encontro de Teresópolis que segundo Netto (2011, p.177):

> Se o Documento de Araxá se apresenta como um texto orgânico, expressando sistematicamente o que emergiu de consensual entre os sus formuladores, o Documento de Teresópolis tem características diversas. É, com, efeito a justaposição dos relatórios dos dois grupos de estudos em que se dividiram os 33 profissionais que participaram do encontro.

É importante dizer que a diferença entre o Documento de Araxá e o Documento de Teresópolis vai além do aspecto formal, segundo o autor supracitado. Os trabalhos do encontro teórico de Teresópolis que aconteceu em janeiro de 1970 foi bem distinto do anterior que havia acontecido a quase três anos antes em março de 1967. No colóquio de janeiro 1970:

> Já a partida, os participantes tiveram a sua reflexão alimentada por uma documentação prévia, referente à temática do encontro, centralizada na "necessidade de um estudo sobre a Metodologia do Serviço Social face a realidade brasileira" e estabelecida, conforme os organizadores, à base da avaliação dos sete encontros regionais que se realizaram em 1968 para discutir o Documento de Araxá. Os organizadores elaboraram um minucioso roteiro de trabalho, mas este foi inteiramente refundido pelos participantes, que acabaram por optar por um andamento que viabilizou a redação de um texto final organicamente articulado, a maneira do documento dimanado do encontro de Araxá. A diferencialidade formal entre os dois textos, pois, está muito vinculada à diferente dinâmica dos dois seminários (NETTO, 2011, p.178).

No encontro de Teresópolis, havia a necessidade de um estudo sobre a metodologia do Serviço Social, face a realidade brasileira. No documento de Teresópolis o "moderno" é coroado e reina absoluto sobre o "tradicional". "No Documento de Teresópolis, o dado relevante é que a perspectiva modernizadora se afirma não apenas como concepção profissional geral, mas sobre tudo como uma pauta interventiva" (NETTO, 2011, p.178).

O Documento de Teresópolis é divide-se em dois grupos, segundo Netto (2011, p. 186-187):

> [...] o Grupo A – inspirado em Lebret – construiu um quadro geral de 7 níveis, a partir de "necessidades básicas" e "necessidades sociais", para classificar em seguida, os fenômenos mais observados na pratica do Serviço Social, identificar as suas variáveis significativas e localizar as funções profissionais a elas pertinentes.

Já o segundo grupo, o mesmo autor nos diz que tinha o mesmo tema porém:

> [...] o Grupo B, com inspiração distinta, mas também assentada numa angulação desenvolvimentista, construir um quadro sinótico de "fenômenos e variáveis segundo o critério das necessidades e problemas", com ambas dimensões referidas a "níveis de vida" e "sistema de relações (NETTO, 2011, p.187).

Sendo assim, o grupo A, construiu um quadro básico das necessidades sociais e classificou os fenômenos mais observados durante as práticas profissional. Já o grupo B, buscou as necessidades e os problemas observando os "níveis" e as "relações sociais" que irá determinar os problemas. Buscando assim, as causas e os efeitos dos problemas encontrado no cenário social (NETTO, 2011).

Sem dúvidas, os documentos que foram redigidos em Araxá e Teresópolis, são marcos para a trajetória do Serviço Social brasileiro, foi uma transição entre o “conservador” e o “moderno”, com isso vieram a sua esteira outros dois importantes encontros realizados no Rio de Janeiro: os colóquios de Sumaré e o do Alto de Boa Vista, porém nenhum desses seminários a repercussão e os resultados obtidos diferenciaram-se aos de Araxá e Teresópolis (NETTO, 2011).

Segundo Netto (2011, p. 197), “o Seminário do Sumaré deveria enfrentar três temas básicos: a relação do Serviço Social com a cientificidade, a fenomenologia e a dialética”.

O Seminário de Sumaré aconteceu em novembro de 1978, com o objetivo era dar continuidade os estudos de Araxá. Foi também de extrema importância para o que os profissionais desenvolvessem uma posição crítica, frente aos temas debatidos (NETTO, 2011).

Contudo, não ouve grandes conclusões neste seminário que se tornou um espaço para debates e discussões acerca do Serviço Social (NETTO, 2011).

Já o Seminário do Alto do Boa da Boa vista, ocorreu em 1984 e foi executado pelo Centro Brasileiro de Intercambio de Serviço Social (CBCISS) segundo Netto (2011, p.200):

> Quando se examina o material publicado do encontro do Alto de Boa Vista (CBCISS, 1988) é que se pode avaliar como o simplismo das intervenções dos conferencistas convidados tornou-se mesmo um fato central. Ficam claras a defasagem e a pobreza teórica a que aludimos – excetuados talvez os aportes de Donzelli, Vélez Rodrigues e Ziviciani (CBCISS, 1988:44-49, 53-58 e 59-69) as outras contribuição são constrangedoras: estão absolutamente aquém do nível alcançado pela bibliografia de uso generalizado nos cursos de pós-graduação e, sobretudo, aquém da própria problematização operada no bojo do Serviço Social e das suas instâncias profissionais.

Entretanto, é importante que seja dito que foi nos seminários do Sumaré e Alto da Boa Vista que repercutiram as formulações do debate da renovadora da “Reatualização do Conservadorismo”. É bem verdade que a visão modernizadora não extinguiu totalmente o conservadorismo. Ela apenas analisou de forma particular sua direção reformista e submeteu as suas expressões às condições das novas exigências que a ‘modernização conservadora’ colocou ao exercício profissional. Com isso no final das décadas de 1970 e 1980 o Serviço Social e seus

profissionais se aproximam dos movimentos sociais e com as teorias marxistas (NETTO, 2011).

Esses encontros foram realizados dentro de uma conjuntura de mudança que vinham ocorrendo na décadas 1960, fortalecendo uma nova forma de atuação do Serviço Social, atuando também política, com isso é deflagrado definitivamente no ano de 1965, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social (NETTO, 2011).

O Movimento de Reconceituação segundo Martinelli (2011, p. 144), surgiu como "[...] resposta a uma crise interna da profissão, aguçada por uma "crise" estrutural e conjuntural da realidade brasileira [...]".

Segundo Aguiar (1995 p.120), "Esse movimento nasceu com a perspectiva de adequar o Serviço Social para a América Latina e tinha como referência ideológica o desenvolvimentismo".

Aguiar (1995, p. 120) nos diz ainda que: "de início a reconceituação nasceu do desejo de superar o Serviço Social tradicional, que foi transplantado da Europa e dos Estados Unidos, e adequá-lo à realidade latino-americana".

Afinal, muito diferente da Europa e também dos Estados Unidos, a realidade existente na América Latina, era de dependência e de carência no seu desenvolvimento (AGUIAR, 1995).

Inicialmente, a ação tinha como trabalho a descoberta de novos instrumentos que estivessem de acordo com a nossa realidade, não era feita uma crítica ou questionamento das estruturas. Continuava tendo como referencial teórico o funcionalismo (AGUIAR, 1995).

Também é importante salientar, que o movimento de reconceituação no seu surgimento não significou adesão de toda a categoria profissional. Muito pelo contrário, como diz Martinelli (2011):

> [...] no interior da categoria profissional, conviviam alienação e crítica, não como dois blocos monolíticos, mas como termos opostos de uma relação, em que a contradição permanecia ainda oculta pela indeterminação da identidade atribuída e abafada pelo peso do pensamento conservador (MARTINELLI, 2011, p. 145).

Com isso, a fragilidade coletiva da categoria profissional era um grande impedimento do crescimento crítico da profissão. Porém, a sua presença já era percebida através de seus questionamentos e buscas (MARTINELLI, 2011).

Todavia:

> O próprio agravamento do quadro conjuntural brasileiro ao longo da década de 60, demandando novas alternativas de práticas, novas formas de aproximação a realidade, aliado à "existência de ideias revolucionárias", foi determinando a ampliação dos espaços críticos da categoria e tornando dialético o ser social dos agentes profissionais, o que levava a buscar a superação da simples imediatidade (MARTINELLI, 2011, p. 145).

Assim, durante anos existiu uma luta entre o pensamento crítico e a alienação. Os dois buscavam a permanência de sua forma de pensamento, ideias e atuação, mas segundo Martinelli (2011 p. 146):

> [...] a consciência crítica da qual as agentes eram portadoras e que se materializara com a ruptura da alienação, com o amplo assumir da contradição ensejada pelo Movimento de Reconceituação, intensifica-lhes o desejo e direcionava-lhes as ações no sentido de lutar continuamente por novas superações dialéticas, pela expansão da consciência política da categoria profissional, pela ampliação de espaços para a produção do novo. A partir do momento vivido no Brasil, de modo predominantemente ao longo das décadas de 70 e 80, em que conseguiram se identificar como grupo portador de um projeto profissional comum, construído com base em uma consciência política coletiva do papel que desempenhavam, e que deveriam desempenhar, na totalidade do processo social, os agentes colocavam-se em condições de ingressar no universo da "classe para si" do movimento operário, superando sua própria consciência burguesa e participando da própria classe operária.

Com isso, a contradição entre a alienação e critica se não estivesse totalmente resolvida ainda, ao longo do tempo foi se tornando uma contradição consciente e assumida. Afinal, tornava-se claro a necessidade de sair do interior da profissão para lutar coletivamente em busca de uma nova identidade, capaz de se articular para construir uma nova ordem societária (MARTINELLI, 2011).

O momento vivido pelo Serviço Social nessa época no Brasil, também tem uma importância muito grande para a relação da profissão com o proletariado, e é descrito assim:

> No plano do exercício profissional, a esse momento vivo ao final dos anos 70 e início da década de 80, correspondeu um avanço significativo da prática social, especialmente no sentido de que passou a ter um novo ponto de ancoragem, construído com base nas alianças com a classe trabalhadora (MARTINELLI, 2011, p. 147).

É dentro desse processo de mudança que o Serviço Social começa a repensar suas práticas profissionais e passaram a vincular aos interesses do proletariado, rompendo de vez com a ordem burguesa (MARTINELLI, 2011).

Um novo momento então começa a surgir, e de acordo com Netto (1999, p.10):

> É neste contexto que o histórico conservadorismo do Serviço Social brasileiro, tantas vezes reciclado e metamorfoseado, confrontou-se pela

> primeira vez com uma conjuntura em que a sua dinâmica no corpo profissional (que sofrendo as incidências do" modelo econômico" da ditadura, começa a reconhecer-se como inserido no conjunto das camadas trabalhadoras) podia ser contestada – uma vez que, no corpo profissional, repercutiam as exigências políticas e sociais postas na ordem do dia pela ruptura do regime ditatorial.

Ainda segundo Netto (1999, p. 01), "é nesse processo de recusa e crítica do conservadorismo que se encontram as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que está denominando projeto ético-político".

Iamamoto (2003) completa dizendo que:

> Os rumos assumidos pelo amplo debate efetuado na década de 1980 apontaram, ainda, para o privilégio - ainda que a não exclusividade -de uma teoria social critica, desveladora dos fundamentos da produção e reprodução da "questão social". Perfil este que se complementa com uma competência técnico-político, que permita no campo da pesquisa e da ação, a construção de respostas profissionais dotadas de eficácia e capazes de congregar forças sociais em torno de rumos éticos-políticos voltados para uma defesa radical da democracia (IAMAMOTO, 2003, p. 185).

O projeto ético-político do Serviço Social é um projeto coletivo "[...] reside no fato de se construírem como projetos macroscópicos, como proposta para o conjunto da sociedade" (NETTO, 1999, p.02).

Dentro desta perspectiva de construção de uma nova sociedade, o perfil profissional dos assistentes sociais que anteriormente tinha sua atuação voltada para a ordem, para a educação e culpabilização dos sujeitos, passa a ter uma dimensão política (não partidário), "[...] ainda que se considere que os partidos políticos sejam instituições indispensáveis e insubstituíveis para a organização democrática da vida social no capitalismo contemporâneo" (NETTO, 1999, p. 03).

Mas, afinal, qual a importância que e o Projeto Ético- Político do Serviço Social tem para a para a sociedade?

> A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondente, o projeto se declara radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (NETTO, 1999, p.16).

Lado a lado com um projeto pensado para construir uma sociedade mais justa, o projeto ético-político do Serviço Social também traz para os profissionais um novo marco para sua formação. "[...] supõem uma formação teórica e/ou técnica-interventiva, em geral de nível acadêmico superior" (NETTO, 1999, p.04).

Netto (1999, p.04) continua dizendo que:

> Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que o legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, preservam norma para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

O projeto profissional possibilitou o Serviço Social eleger os princípios que os legitimam, a escolher e dar maior importância seus objetivos, o que permitiu ao Serviço Social uma formação crítica com profissionais pesquisadores para novos direcionamentos e conquistas (NETTO, 1999).

Cabe destacar que esse novo direcionamento dado pelo Projeto Ético-Político profissional, possibilitou outras conquistas profissionais, como um novo Código de Ética Profissional, instituído em 1986 (NETTO, 1999).

A década de 1980, segundo Iamamoto (2003, p. 50) "[...] foi extremamente fértil na definição de rumos técnico-acadêmicos e políticos para o Serviço Social", porém é na década de 1990 que o Projeto Ético Político do Serviço Social se desenvolve, sobretudo com o Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993, a Lei nº 8.662/93 de 07 de junho do mesmo ano, além de ingressarem nessa década com o reconhecimento das agências de fomento, como uma categoria pesquisadora (IAMAMOTO, 2003).

O novo Código de Ética Profissional de 1993 apontado acima pela autora, demanda valores mais firmes contra o conservadorismo e a moralidade burguesa, diferente dos códigos anteriores (IAMAMOTO, 2003).

> Esse projeto de profissão e de formação profissional, hoje hegemônico, é historicamente datado. É fruto e expressão de um amplo movimento da sociedade civil desde a crise da ditadura, afirmou o protagonismo dos sujeitos sociais na luta pela democratização da sociedade brasileira (IAMAMOTO, 2003, p. 50).

Ao construir um projeto profissional, o Serviço Social, não tem a certeza de consolidação, ou que este seja o único guia profissional, afinal a ruptura do serviço social com o conservadorismo, não impede que práticas profissionais conservadoras continue por parte de grupos que não conseguem fazer a leitura real do processo de transformação da profissão (NETTO, 1999).

Porém existem elementos que norteiam o fazer profissional e dão materialidade ao projeto ético-político a partir de três dimensões aqui destacadas que são:“a dimensão teórico-metodológica, ético-político e a técnico-operativa”. Assim, “essa dimensões encontram-se presentes nas diferentes expressões do exercício profissional: formativa, investigativa, organizativa e interventiva. Elas formam entre si uma relação de unidade na diversidade” (SANTOS, 2013, p. 25).

Segundo Santos (2013, p.26):

> [...] a dimensão ético-política envolve o projetar a ação em função dos valores e finalidades do profissional, da instituição e da população. É responsável pela avaliação das consequências de nossas ações – ou a não avaliação dessas consequências.

Afinal os profissionais assistentes sociais assumem partidos diferentes e posições diferentes (SANTOS, 2013).

A respeito da dimensão técnico-operativa, a autora diz que: [...] é a execução da ação que se planejou, tendo base os valores, as finalidades e a análise do real”. A dimensão técnico-operativo tem objetivos e uma busca constante para tais objetivos possam ser materializados (SANTOS, 2013, p. 26).

Já a respeito da dimensão teórico-metodológico, Santos (2013, p.29), nos diz que: “através do referencial teórico-metodológico define-se a intencionalidade e a direção social empreendida na ação, possibilitando a escolha de instrumentos e técnicas capazes de materializar essa intencionalidade”. Afinal é preciso conhecer e entender as demandas trazidas pelos usuários, as que são claramente colocadas, mas também as que não são tão claras assim, o conhecimento da realidade dos usuários é uma fonte de resposta e intervenção (SANTOS, 2013).

A autora supracitada afirma que:

> [...]os instrumentos e técnicas são: elementos que compõem os meios de trabalho; elementos que, dentre outros, compõem a dimensão técnico-operativa do Serviço Social – que, por sua vez, mantém uma relação de unidade com as demais dimensões, apesar de sua especificidade; não estão soltos no tempo e no espaço e não possuem um fim em si mesmo, uma vez que, não estão descolados da finalidade que o profissional imprime à sua ação (SANTOS, 2013, p.29).

Assim, pode-se dizer que pensar sobre o processo de trabalho do assistente social e sua prática profissional é pensar em uma relação teórico-prática, pois:

> A proposta curricular, ora em debate, contém dois elementos que representam uma ruptura com a concessão predominante nos anos 1980. O primeiro é considerar a questão social como base de fundamentação sócio-

> histórica do Serviço Social e o segundo é apreender a "prática profissional" como trabalho e o exercício profissional inscrito em um processo de trabalho (IAMAMOTO, 2003, p. 57).

Porém, para que tais propostas de trabalho pudessem ser pensadas e planejadas de forma crítica, um longo processo de debates e análise da crise vivida no capitalismo na década de 1970 foi realizado. Desta forma:

> O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial – e das modificações verificadas na composição de grupos e frações de classes que compartilham o poder do Estado em conjunturas históricas específicas. É nesse contexto, em que se reafirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada "questão social", a qual se torna a base de justificação desse tipo profissional especializado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2000, p. 77).

As transformações que ocorreram na década de 1970 ocasionadas pelo capitalismo, de acordo Barroco (2011, p. 206):

> [...] resultaram no agravamento da desigualdade social [...] aprofundando e exploração do trabalho, o desemprego estrutural e conjuntural, instituindo novas formas de trabalho precário e destruindo direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores [...].

Sendo assim, os assistentes sociais passaram a ser recrutados pelo Estado e burguesia para interferir na "questão social" disseminando o pensamento capitalista junto à classe trabalhadora. É pontuado que "a profissão se consolida, então como parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, e o profissional como um assalariado a serviço das mesmas" (IAMAMOTO; CARVALHO, 2000, p. 79). E a conclusão dos autores é de que "dessa forma, não se pode pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações a que se vincula [...]" (IAMAMOTO; CARVALHO, 2000, p. 79).

Dessa forma o exercício profissional do assistente social será mediando os interesses de duas classes, tendo que em um dado momento fazer a escolha pela classe dominante ou pelos interesses da classe trabalhadora (IAMAMOTO; CARVALHO, 2000).

A escolha do Serviço Social foi em prol da classe trabalhadora e Iamamoto (2003) nos coloca que:

> O desafio é re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que vivenciam, não só como vítimas, mas como

> sujeitos que lutam pela preservação e conquistas da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo (IAMAMOTO, 2003, p. 75).

Diferentemente da atuação profissional conservadora de décadas passadas, que tinha sua atuação voltada para o Estado e para as políticas sociais, o exercício profissional contemporânea tem em seu processo de trabalho uma atuação voltada para a sociedade e para os sujeitos com quem trabalha, porém na atualidade:

> Temos por um lado, o crescimento da pressão por demandas de serviços, cada vez maior, por parte da população usuária mediante o aumento de sua pauperização. Esta se choca com a já crônica – e agora agravada – falta de verba e recursos das instituições prestadoras de serviços sociais públicos, expressão da redução de gastos sociais recomendada pela política econômica governamental, que exige o mercado como "mão invisível" que guia a economia (IAMAMOTO, 2003, p.160).

Com uma atuação voltada para a classe trabalhadora o Serviço Social rompe como sua atuação conservadora e tal rompimento também muda o seu objeto de trabalho (IAMAMOTO, 2003).

Se em seus primórdios o serviço social tinha como objeto de trabalho os sujeitos, nessa nova perspectiva a uma mudança, de acordo com o mesmo autor supracitado:

> O objeto de trabalho, aqui considerado, é a questão social. É ela, em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto a criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, a luta pela terra etc. [...] Nesta perspectiva, o conhecimento da realidade deixa de ser um mero pano de fundo para exercício profissional, tornando-se condição do mesmo, do conhecimento do objeto junto ao qual incide a ação ou esse trabalho (IAMAMOTO, 2003, p. 62).

O Serviço Social passa a olhar o sujeito não como uma peça disfuncional, mas como uma vítima de um sistema que é contraditório. Tal visão é fruto dos debates que ocorreram ao longo de décadas, e também por um processo que foi construindo novas diretrizes curriculares, e segundo Iamamoto (2003, p.93) "refere-se na busca de afinar e refinar a tradicional analise da chamada "pratica" [...]". Passando então a uma pratica voltada ao combate da questão social e suas expressões (IAMAMOTO, 2003).

O agravamento da questão social faz-se necessário montar estratégias e desenvolver instrumentos para o enfrentamento da realidade imposta. Porém a autora alerta que "geralmente, tem-se uma visão dos instrumentos de trabalho como um "arsenal de técnicas": entrevista, reuniões, plantão, encaminhamento etc". (IAMAMOTO, 2003, p.62).

Pensar os instrumentos de trabalho por uma visão apenas tecnicista é não conseguir fazer uma leitura clara da realidade apresentada, sendo que, “as bases teóricas-metodológicas são recursos essenciais que o Assistente Social aciona para exercer o seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que as moldam” (IAMAMOTO, 2003, p. 62-63).

O assistente social deve ser responsável pelas suas ações, devendo segundo Iamamoto (2003, p.20) “[...] sair da redoma de vidro que aprisiona os assistentes sociais numa visão de dentro e para dentro do Serviço Social [...]”.

Obter conhecimento acerca da Questão Social que é a base de seu trabalho é fundamental, em simultâneo, segundo Iamamoto,(2003, p. 20) é:

> Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo.

Dentro do que foi citado pela autora, é fundamental que os profissionais assistentes sociais em seu processo de trabalho tenho a clareza das especificidades de cada sujeitos e suas necessidades, a importância de não usar apenas técnicas pré-estabelecidas, mas buscar dentro das limitações impostas, sempre trabalhar teoria e pratica concomitantemente, afinal segundo Iamamoto (2003, p. 52):

> O grande desafio na atualidade é, pois, transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudos e ação do assistente social.

Tais medidas vão pouco a pouco destruindo os serviços públicos em importantes campos como a saúde, educação, habitação e assistência social (IAMAMOTO, 2003).

Não é fácil para o Serviço Social encontrar respostas dentro de um panorama tão desolador, onde os atendimentos estão cada vez mais seletivos e o tão sonhado e proclamado universalização de direitos, fiquem quase que restrito a teoria (IAMAMOTO, 2003).

Mas a autora Iamamoto (2003, p.161) ressalta que “[...] essa realidade precária dos serviços públicos que enfrentamos e da qual temos de partir no cotidiano profissional, não podendo deixar que ela nos asfixie”.

A autora continua dizendo que:

> Há que superar essa posição fatalista, como também aquelas visões idealizadas que, como costumo dizer, tomam a assistente social (desculpem os colegas do sexo feminino, mas a categoria é predominantemente feminina), próxima a figura da "Alice no país das Maravilhas" (IAMAMOTO, 2003, p. 161).

Iamamoto, também fala sobre os resultados que o trabalho do assistente social produz, chamando a atenção para a as especificidades de cada área ou campo de trabalho (IAMAMOTO, 2003).

A autora cita, por exemplo, que em uma empresa, o assistente social "produz treinamentos, realiza programas de aposentadoria, viabiliza benefícios assistenciais e previdenciários, presta serviços de saúde, faz prevenção de acidentes etc.". Por isso a importância de conhecer qual o papel do assistente social (IAMAMOTO, 2003, p. 66-67).

E quando a avaliação é feita em uma dimensão mais ampla? Quando não se pensa em resultados imediatistas? Quando a avaliação e sobre os resultados que o Serviço social está proporciona para a produção e reprodução da vida social?

Iamamoto (2003, p.67), afirma que:

> [...] O Serviço Social é socialmente necessário porque ele atua sobre questões que dizem respeito a sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora. Viabiliza o acesso não só a recursos materiais, mas a ações implementadas incidem sobre as condições de sobrevivência social dessa população. Então, não resta dúvida de que o Serviço Social tem um papel no processo de reprodução material e social da força de trabalho, entendendo o processo de reprodução como o movimento da produção na sua continuidade.

O serviço social segundo Iamamoto, tem o resultado social e o resultado material. Sobre o resultado material, segundo a autora se caracteriza no "acesso a óculos, uma prótese, está fornecendo algo que é material e tem uma utilidade" (IAMAMOTO, 2003, p. 68).

Mas é importante a clareza de que o trabalho do assistente social não é a penas viabilizar a acesso a coisa materiais. Por isso a autora também fala a respeito do resultado social que se caracteriza segundo Iamamoto (2003, p. 68-69):

> [...] Incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que, por sua vez, tem efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos. Os profissionais estão também, contribuindo para a criação de formas de um outro consenso – distinto daquele dominante – ao reforçarem os interesses de segmentos majoritários da coletividade.

Com isso o Serviço Social, contribui planejando e executando políticas públicas que permitam um maior acesso a garantias de direitos e ajuda na construção de uma sociedade mais crítica a respeito dos seus próprios direitos (IAMAMOTO, 2003).

Desta forma, baseado nas referências utilizadas, pode-se dizer que vivemos em uma sociedade não igualitária, onde a relação de poder existente nas instituições de trabalho explora e massacra a classe trabalhadora, por isso a importância do debate na categoria sobre a assistência e os rumos que a profissão vai tomando. Levantar propostas que reconheçam os limites da profissão, mas que contribua para a efetivação de direitos da sociedade brasileira honrando assim um dos princípios básicos da categoria: defesa dos direitos humanos.

No próximo capitulo será apresentado através da metodologia, o tipo de pesquisa utilizada para o trabalho de conclusão de curso, os sujeitos da pesquisa, o local da pesquisa, a importância da pesquisa para o Serviço Social e todo caminha percorrido para a realização da pesquisa.

# 3 METODOLOGIA

A metodologia descreve o caminho que o pesquisador vai percorrer durante o processo de pesquisa. É imprescindível que se coloque de forma precisa e clara tudo que se pretende fazer. É definida assim por Demo:

> Metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar da realidade praticamente. Para atingirmos tal finalidade, colocam-se vários caminhos. Disto trata a metodologia (DEMO, 1987, p. 19).

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo geral descrever a intervenção profissional do assistente social nos serviços do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Maruípe – Vitória (ES) e como objetivos específicos verificar as principais demandas apresentadas para os assistentes sociais nos serviços prestados pelo CREAS de Maruípe – Vitória (ES); identificar os instrumentos e metodologias de trabalho dos assistentes sociais nos serviços prestados pelo CREAS de Maruípe – Vitória (ES) e identificar os desafios enfrentados pelos assistentes sociais na sua prática profissional no CREAS Maruípe – Vitória (ES).

Segundo Mynayo (1994, p. 17):

> Entendemos por pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e atualiza frente a frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática.

Para tanto foi utilizado o tipo de pesquisa explicativa com abordagem qualitativa.

> Esse tipo de pesquisa preocupa-se em identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos, ou seja, esse tipo de pesquisa explica o porquê das coisas através dos resultados oferecidos [...](GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35).

A pesquisa para o Serviço Social é de extrema importância e Bourguignon (2007, p.51) afirma que:

> A pesquisa para o Serviço Social deve gerar um conhecimento que reconheça os usuários dos serviços públicos como sujeitos políticos que são, capazes, também, de conhecer e intervir em sua própria realidade com autonomia, desvencilhando-se das estratégias de assistencialismo, clientelismo e subalternidade, tão presentes nas ações governamentais e políticas públicas.

A pesquisa foi realizada no Centro de Referência Especializado de Assistência

Social (CREAS) Maruípe – Vitória (ES), que tem por finalidade ofertar serviços de proteção à família e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, devido ao abandono, maus-tratos, indiligência, trabalho infantil, violência física e psicológica, violência sexual, discriminação de orientação sexual e/ou raça/etnia, cumprimento de ações socioeducativas, situação de rua, dentre outras (BRASIL, 2004).

Dentre os serviços disponíveis no CREAS de Maruípe estão: o Serviço de Atendimento ao Domicílio à Pessoa Idosa e com Deficiência (SEAD), o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado Integral à Família (PAEFI) e o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), de acordo com a coordenadora desta unidade.

O CREAS de Maruípe é formado pela equipe técnica composta por: 7 assistentes sociais, 6 psicólogos, 2 auxiliares administrativos, 1 terapeuta ocupacional, 2 vigias noturnos, 2 auxiliares de serviços gerais, 1 pedagogo, 4 oficineiros, 2 educadores sociais de nível médio, 1 educador social de nível superior e 1 assessor jurídico, segundo a coordenadora do local.

Os sujeitos participantes da pesquisa foram os assistentes sociais, já que se trata de um estudo sobre a atuação destes profissionais. Dos 7 assistentes sociais que trabalham no CREAS de Maruípe foram selecionados 6 assistentes sociais, sendo 2 assistentes sociais do Serviço de Atendimento ao Domicílio à Pessoa Idosa e com Deficiência (SEAD), 2 assistentes sociais do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado Integral à Família (PAEFI) e 2 assistentes sociais do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC).

Vale ressaltar que o outro assistente social que integra a equipa formada por 7 assistentes sociais não foi selecionado devido o fato de exercer função de Coordenador do CREAS.

Ainda sobre os sujeitos da pesquisa, no decorrer do processo da entrevista, duas assistentes sociais que seriam entrevistadas desistiram de participar, alegando questões pessoais. Diante de tal situação as entrevistadas passaram a ser 4 profissionais e não mais 6.

Para termos um contato inicial, antes de realizar as entrevistas, houve um encontro com a coordenadora do CREAS de Maruípe para conhecermos a instituição, os profissionais e realizar um planejamento prévio com dias e horários das entrevistas com as profissionais assistentes sociais.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista, que segundo Barros e Lehfeld, (2000, p. 91), “é uma técnica que permite o relacionamento estreito entre o entrevistado e o entrevistador”.

Neste trabalho de conclusão de curso a técnica utilizada na entrevista foi a desprotonizada ou semi-estruturada, com o uso de mídia digital, sendo este um instrumento importante que possibilitou uma análise qualitativa em relação à atuação profissional do assistente social no CREAS de Maruípe. Porém, existe uma variedade de tipos de entrevista, que variam de acordo com o pesquisador (LAKATOS; MARCONI, 2011).

A respeito da entrevista semi-estruturada, ela é utilizada “[...] quando o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente a questão” (LAKATOS; MARCONI, 2011, p. 281).

Diante disso, foi feito e utilizado um roteiro de perguntas (Apêndice A), que serviram como orientação na hora da entrevista, porém houve uma liberdade para eliminar ou fazer perguntas diferentes das que se encontravam no roteiro.

As entrevistas foram realizadas nos dias 07 de abril de 2016 às 09 horas, no dia 14 de abril de 2016 às 14 horas e 15 horas e no dia 28 de abril de 2016.

Quanto aos entrevistados, os foram entregues o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B), contendo a justificativa e os objetivos da pesquisa e, por fim, haverá a devolução dos resultados à instituição pesquisada e aos órgãos interessados pela temática.

Como procedimento metodológico da pesquisa foi utilizado à abordagem qualitativa, que é conceituada assim:

> A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento (LAKATOS; MARCONI, 2011, p. 269).

Na abordagem qualitativa o pesquisador se preocupa com uma análise mais

detalhada maior nos fenômenos que estão sendo estudados, nas ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu contexto social. A interpretação é enfocada em cima da participação dos indivíduos através da situação apresentada, sem se preocupar com a representação de números e relações linear de causa e efeito (LAKATOS; MARCONI, 2011).

O tratamento dos dados obtidos através da entrevista foi realizado por meio da análise de conteúdo, que “é particularmente utilizada para estudar material de tipo qualitativo, aos quais não se podem aplicar técnicas aritméticas” (BARDIN, 2003, p. 103).

Segundo Bardin (2003, p. 103) a análise de conteúdo possibilita “[...] tratar os dados e codificá-los”.

> A codificação corresponde a uma transformação efetuada segundo regras precisas dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação ou numeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou de sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto (BARDIN, 2003, p. 103).

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) encontra-se em consonância com os aspectos éticos inerentes à pesquisa com seres humanos, estabelecidos na resolução 466/12 do Conselho Nacional da Saúde (CNS) e suas complementares.

A realização dessa pesquisa foi feita com a aprovação e parecer ético emitido pela Comissão de Pesquisa da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Vitória (ES).

As Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas em Seres Humanos, através da Resolução da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), de 12 de dezembro de 2012 determina que:

> O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa (BRASIL, 2012a).

As normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, de acordo com a Resolução 466/12 (BRASIL, 2012a).

> Prevê procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de auto-estima, de prestígio e/ou econômico-financeiros.

Os resultados obtidos foram analisados de forma a iluminar a discussão acerca do tema proposto e auxiliar nas considerações finais do trabalho.

Importante ressaltar que os resultados obtidos com este estudo se tornaram realidade a partir da concretização do projeto de pesquisa da Iniciação Científica (IC).

# 4 RESULTADO DA PESQUISA

Este capítulo traz a caracterização do município de Vitória (ES), e algumas características específicas do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) de Maruípe, campo no qual se efetivou a pesquisa e logo em seguida serão apresentados o resultado da pesquisa empírica.

## 4.1CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA

O município de Vitória é a capital do Estado do Espírito Santo (ES), e compõe a Região Sudeste do Brasil, juntamente com os Estados de Minas Gerais (MG), São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ). A cidade é uma ilha, na qual possui outras em seu entorno, possuindo 98.194 Km², além disso, é integrante da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), formada pelos municípios de “Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória” (Figura 1) (VITÓRIA, 2010).

No último levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Vitória possui 319.123, 801habitantes segundo o último censo demográfico de 2010 e com uma estimativa de 359,555 de habitantes em 2016. Distribuídos em 80 bairros e nove regiões administrativas (VITÓRIA, 2010).

Figura 1 – Localização do município de Vitória na RMGV.

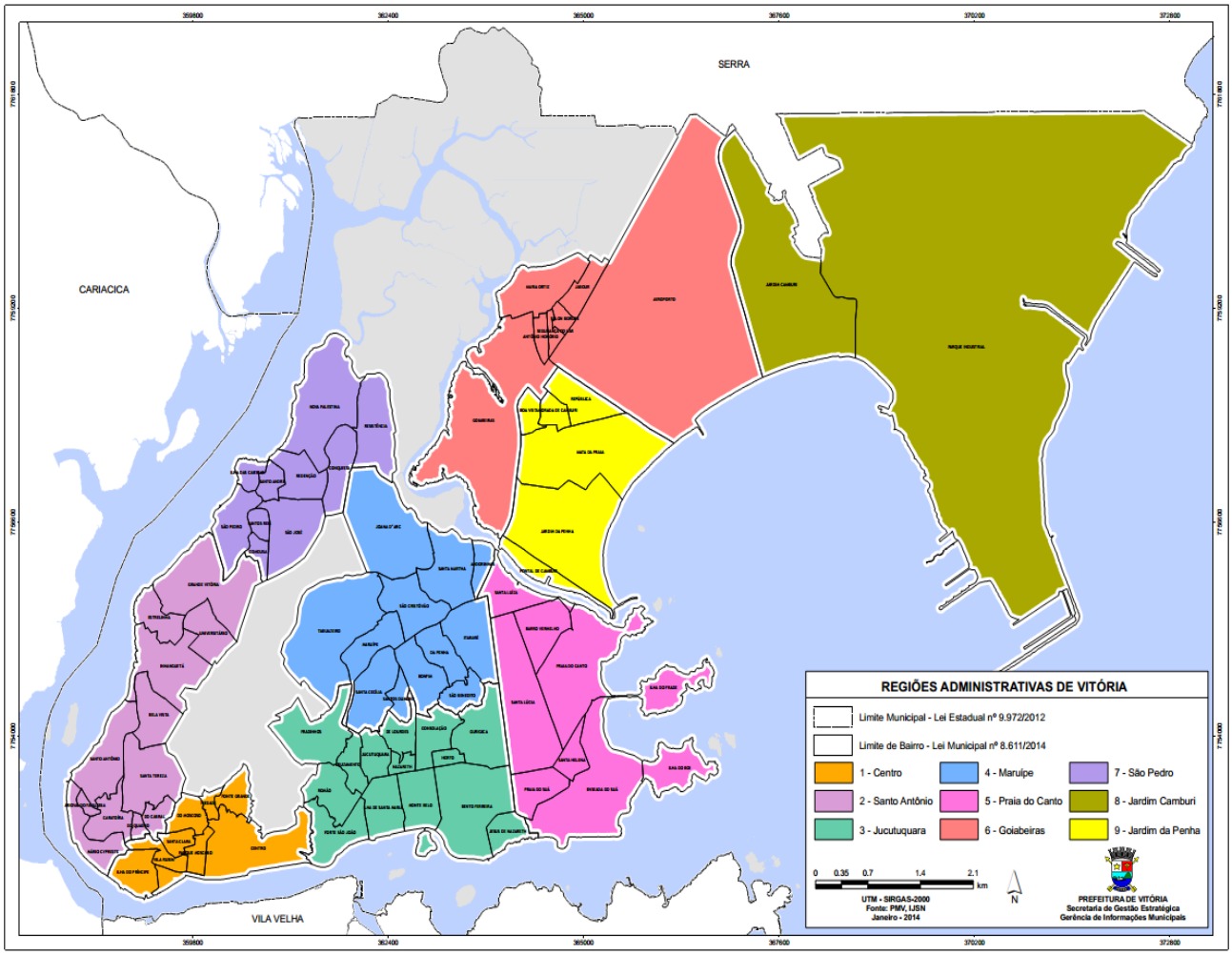
Fonte: Vitória ([201-?e]).

Segundo Vitória (2010), o município possui o Produto Interno Bruto (PIB) de R$ 85.794,33, sendo a capital com maior PIB *per capita*. A economia deste se baseia nos setores de serviços, que contribui com 57, 9% da economia local; indústria com 3,8%; o comércio que contribui com 31,8%, construção civil com 5,3% extração mineral com 0,2%, agropecuária 0,06%, serviços indústria de utilidades 0, 2%, totalizando 100% da economia local.

O município se divide em nove regiões administrativas, sendo elas Região 1 (Centro); Região 2 (Santo Antônio); Região 3 (Jucutuquara); Região 4 (Maruípe); Região 5 (Praia do Canto); Região 6 (Goiabeiras); Região 7 (São Pedro); Região 8 (Jardim Camburi) e Região 9 Jardim da Penha (VITÓRIA, [201-?f]).

O mapa abaixo (Figura 2) representa as suas respectivas regiões administrativas.

Figura 2 – Divisão das regionais do município de Vitória.




Fonte: Fonte: Vitória ([201-?f]).

O município de Vitória conta com a presença de 23 Secretarias[14] Municipais para realizar a execução de diversos serviços destacaremos aqui Educação, Saúde e Assistência Social (VITÓRIA, [201-?a]).

Na educação possui 49 Centros Municipais de Educação Infantil, 53 Escolas Municipais de Ensino Fundamental, além de programas e projetos voltados a área de educação como o Núcleo Brincarte - educação infantil são 04, ensino complementar 04, espaço educativo 01, Biblioteca do Professor 01 e o Polo Universidade Aberta do Brasil (UAB) (VITÓRIA, [201-?a]).

No âmbito da Saúde o município possui uma ampla rede de atendimento à população, com 30 Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centros de Atendimento Psicossocial Adulto e Infantil (CAPS, CAPSi respectivamente), Centro Municipal de Especialidades (CME), Centro de Referência DST/ AIDS, Centro de Referência Atendimento ao Idoso e outros equipamentos) (VITÓRIA, [201-?c]).

“Existem atualmente 43 conselhos funcionando hoje na cidade de Vitória, com reuniões periódicas e atividades de capacitação permanentes”. Esses conselhos são compostos por indivíduos que compõem o poder público e a sociedade civil (VITÓRIA, [201-?b]).

Segundo Vitória ([201-?b])a política municipal de Assistência Social, possui no âmbito da proteção social básica a presença de equipamentos como: Centros de Referência para juventude, e de pessoas com deficiência; Casa dos Conselhos; Banco de Alimentos; Núcleos, Centros de Convivências e projetos; além de 12 unidades de Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

Na proteção social especial de média complexidade o município tem a presença de duas unidades de Conselhos Tutelares e três Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS). No que tange a proteção social especial de alta complexidade existem atualmente no município serviços como: “Acolhimento

[14] 1- Gabinete do Prefeito, 2- Secretaria de Governo, 3- Secretaria de Administração, 4- Secretaria de Assistência Social, 5- Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos, 6- Secretaria de Comunicação, 7- Secretaria de Cultura, 8- Secretaria de Desenvolvimento da Cidade, 9- Secretaria de Educação, 10- Secretaria de Esportes e Lazer, 11- Secretaria de Fazenda, 12- Secretaria de Gestão Estratégica, 13- Secretaria de Habitação, 14- Secretaria de Meio Ambiente, 15- Secretaria de Obras, 16- Secretaria de Saúde, 17- Secretaria de Segurança Urbana, 18- Secretaria de Serviços, 19- Secretaria de Turismo, Trabalho e Renda, 20- Secretaria de Transportes, Trânsito e Infraestrutura Urbana, 21- Controladoria Geral do Município, 22- Procuradoria Geral do Município, 23- Companhia de Desenvolvimento de Vitória(VITÓRIA, [201-?a]).

Institucional, Albergue Noturno, Casa Lar, Hospedagem Noturna”[15] entre outros (VITÓRIA, [201-?b]).

A seguir apresentaremos algumas características específicas do CREAS de Maruípe local onde foi realizada a pesquisa empírica.

## 4.2 CAMPO DE PESQUISA: CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS) – REGIÃO MARUÍPE[16]

O Centro de Referência Especializado em Assistência Social, segundo a Lei nº 12.435/2011 e as orientações técnicas do serviço, é:

> [...] unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional que tem como papel constituir-se em lócus de referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado no SUAS a famílias e indivíduos, em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos (BRASIL, 2011, p. 23).

O CREAS de Maruípe, local onde foi realizada a pesquisa, é um equipamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), e está localizado no Bairro de Maruípe, no município de Vitória (ES). A região de Maruípe é composta por 12 bairros e possuiu uma população total de 54, 402 habitantes segundo o Censo Demográfico de 2010 (VITÓRIA, 2010).

Os CREAS do município de Vitória estão submetidos à Gerência de Média Complexidade (GMC), da Secretária Municipal de Assistência Social (SEMAS). O território de abrangência do CREAS Região de Maruípe atende a população abaixo descriminada no mapa (VITÓRIA, [201-?b]) (Figura 3).

---

[15] É importante ressaltar que sobre a quantidade de equipamentos que o município de Vitória possui, foi feita apenas a descrição dos mesmos, não tendo o objetivo de fazer uma crítica a respeito dos equipamentos e quantidades.

[16] Em relação a caracterização, aos serviços ofertados no CREAS e a composição da equipe técnica, as informações foram provenientes da coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Maruípe – Vitória (ES).

Figura 3 – Região administrativa 4-Maruípe.

Fonte: Vitória, ([201-?d]).

O imóvel onde funciona o CREAS é alugado pela prefeitura e foi inaugurado em julho de 2010. Foram cadastradas e atendidas nesse período 1.448 famílias, sendo que no momento 318 estão em acompanhamento. Segundo a coordenadora, essas famílias como é previsto pelas Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social tem a centralidade do trabalho que é desenvolvido pelos profissionais da instituição.

Em relação à família a PNAS (BRASIL, 2004, p. 41) diz que:

> O reconhecimento da importância da família no contexto da vida social está explícito no artigo 226, da Constituição Federal do Brasil, quando declara que a: “família base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, endossando assim, o artigo 16 da Declaração dos Direitos Humanos, que traduz a família como sendo o núcleo natural e fundamental da sociedade, e com direito a proteção da sociedade e Estado.

O público atendido no local são os adolescentes que cumprem medida socioeducativa e suas famílias; famílias com situação de violência sexual contra crianças e adolescentes; famílias com crianças que estão em acolhimento

institucional; famílias com idosos que estão em situação de violência intrafamiliar; famílias com pessoas com deficiência que estão sofrendo violência intrafamiliar (BRASIL, 2004)

O público acima citado e atendido pelo CREAS de Maruípe é segundo a PNAS (BRASIL, 2004, p. 38) "[...] famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos".

Apesar do equipamento está localizado em Maruípe, dois territórios são atendidos pela equipe técnica do CREAS, o território de São Pedro que é composto pelos Bairros: Condusa; Redenção; Santos Reis; Ilha das Caieiras; Santo André; São Pedro I; Resistência; Conquista e Nova Palestina. Além dos Bairros da Grande Maruípe que são: Joana Darc; Mangue Seco; Andorinhas; Santa Marta; Tabuazeiro; Bonfim, Maruípe e Santa Cecília, de acordo com a coordenadora do CREAS de Maruípe.

Os serviços que são ofertados nos CREAS de um modo geral estão especificados na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais na Proteção Social Especial de Média Complexidade, porém cada CREAS tem suas especificidades e em relação aos serviços ofertados pelo CREAS de Maruípe, estão disponibilizados, os seguintes serviços: Serviço Especializado de Atendimento Domiciliar a Idosos e Pessoas com deficiência em situação de violência (SEAD), Serviço de proteção a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e Serviço de Proteção Social Especial e Famílias e Indivíduos em situação de violência (PAEFI), segundo a coordenadora do CREAS de Maruípe.

A equipe técnica do CREAS de Maruípe, de acordo com a coordenadora do local, é composta por: 07 assistentes sociais; 06 psicólogos; 01 terapeuta ocupacional; 01 pedagogo; 01 educador social de nível superior; 02 auxiliares administrativos;02 vigias noturnos;02 auxiliares de serviços gerais;04 oficineiros;02 educadores sociais de nível médio e 01 assessor jurídico[17].

[17] É importante afirmar que a equipe do CREAS não estava completa, existia uma defasagem na quantidade de profissionais. É importante também colocar que dos profissionais citados, apenas a coordenadora é funcionária efetiva do município e que o restante dos profissionais eram prestadores de serviços terceirizados e que os seus contratos estavam terminando.

De acordo com os dados fornecidos pela coordenadora do CREAS, esses profissionais estão organizados da seguinte forma, o Serviço de Medida Sócio Educativa (MSE) além do assistente social e do psicólogo, oferta também um (01) pedagogo e um (01) terapeuta ocupacional. O Serviço Especializado de Atendimento Domiciliar a Idosos e Pessoas com deficiência em situação de violência (SEAD) disponibiliza dois (02) assistentes sociais e dois (02) terapeutas ocupacionais, O Serviço de Proteção Social Especial e Famílias e Indivíduos em situação de violência (PAEFI), disponibiliza quatro (04) assistentes sociais e quatro (04) psicólogos.

No próximo capitulo apresentaremos o resultado dos dados coletados através da entrevista com os profissionais do Serviço Social.

## 4.3 A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIAESPECIALIZADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS) DE MARUÍPE

O objetivo desse estudo é descrever a intervenção do assistente social nos serviços ofertados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Maruípe– Vitória (ES).

Para a realização da pesquisa acerca da intervenção profissional, foram selecionadas 4 (quatro) assistentes sociais que fazem parte do quadro de funcionários do CREAS de Maruípe.

Os assistentes sociais entrevistados foram esclarecidos sobre o objetivo da pesquisa bem como sobre os procedimentos éticos e assinaram o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE), concordando em participar da pesquisa. Para realização das entrevistas foi utilizado o uso do gravador com o consentimento das mesmas.

Em relação ao roteiro utilizado para realização da pesquisa empírica com os profissionais de Serviço Social que atuam no Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) de Maruípe – Vitória (ES), consideramos importante analisá-los a partir de 4(quatro) categorias.

### 4.3.1 Atribuições do assistente social no CREAS de Maruípe

Nessa primeira categoria as assistentes sociais fazem um relato sobre as atribuições desenvolvidas por elas no CREAS de Maruípe. A entrevistada 02 relatou o seguinte a respeito das atribuições do assistente social:

> *[...] é como eu te falei, nós trabalhamos em dupla, que é o assistente social e a psicóloga [...] aqui a gente trabalha tanto com o PAEFI, com as famílias diretamente, e também com a Medida Sócio Educativa, que são com os adolescentes em conflito com a lei e seus familiares. Aqui a gente realiza é, atendimento individual, atendimento familiar, atendimento em grupo, a gente faz visitas domiciliares, nesse caso das visitas é sempre né! [...] realiza os encaminhamentos né, visitas institucionais também. Deixa eu ver, nossa são muitas coisa né, mas basicamente é isso (Entrevistada 02).*

Em um outro relato a entrevistada 01 nos diz assim sobre suas atribuições desenvolvidas no CREAS de Maruípe:

> *Então, minhas atribuições aqui são, eu faço parte da equipe do PAEFI, e a gente atende famílias em situações de violação de direito e Medida Sócio Educativa. Nós não temos né, equipes especificas aqui. O PAEFI faz tudo isso, só quem tem equipe de especialidade aqui é o SEAD, que é um serviço a parte né, que também está previsto na política. Nós do PAEFI, fazemos visita domiciliar, atendimento individual, atendimento familiar, estudo de caso com a equipe da rede, nos reunimos com a rede entorno de uma situação, de um problema que acontece, tipo, uma família que chega pra gente através dos encaminhamentos e dependendo da demanda, a gente aciona a rede, pra avaliar a situação dessa família ou individuo, para depois decidir nos enquanto serviço decidir o que vamos fazer. Hoje, eu estou sozinha, não tenho dupla. Isso está acontecendo por causa da precariedade dos serviços mesmo, precariedade na assistência social. A gente é organizado e dividido por territórios, e ai são, teoricamente, seis duplas que deveriam existir aqui no CREAS, eu estou sozinha, tem uma outra técnica do SEAD que também está sozinha. Então, aqui no CREAS hoje, existe uma defasagem de três profissionais o RH está precário, e isso não é pontual, quando eu cheguei aqui eu até tinha dupla, porém como os contratos em sua maioria são temporários, eu e a outra técnica ficamos em dupla e isso já faz uns seis meses, então isso não é novo no serviço, infelizmente não é recente (Entrevistada 01).*

Diante dos relatos feitos pelas assistentes sociais acima entrevistadas sobre as atribuições que elas desenvolvem no CREAS de Maruípe, nota-se que é importante que os profissionais assistentes sociais tenham a clareza de que toda atuação profissional deve ser orientadas por normas e leis que norteiam esse trabalho, como está descrito nos Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência que nos diz assim:

> As atribuições e competências dos /as profissionais de Serviço Social, sejam aquelas realizadas na política de Assistência Social ou em outro espaço sócio- ocupacional, são orientadas e norteadas por direitos e deveres constantes no código de ética profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão, que devem ser observados e respeitados,

> tanto por profissionais, quanto pela instituição empregadoras (BRASIL, 2011a, p.16).

A importância de se utilizar o arcabouço teórico que dão alicerce ao fazer profissional é uma forma de fazer com que a intervenção profissional, não fique apenas voltada para uma execução de atividades que estejam descrito no cotidiano do profissional e da instituição (IAMAMOTO, 2003).

A respeito da precarização que vem sofrendo a assistência social e os serviços oferecidos pela mesma é explicada assim por Faleiros (2009, p.187-193):

> [...] Estado-sociedade-mercado, marcadas, hoje, pela perspectiva neoliberal que propõe menos Estado e mais mercado. O propósito é o de mudar a estruturação do sistema [...] a diminuição do Estado e principalmente a garantia de direitos sociais.

Com isso a assistência social, os serviços por ela oferecidos, seus usuários e profissionais passam a ter uma precariedade que atinge em cheio a assistência e tudo que a envolve, segundo Faleiros (2009).

Em relação à composição dos recursos humanos (equipe técnica) e o que foi relatado pela entrevistada 01 no que diz respeito à defasagem de profissionais e os contratos temporários, as Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) nos diz que:

> A natureza da atenção ofertada pelo CREAS, e o caráter público estatal da Unidade, implicam na composição da equipe de trabalho por servidores públicos efetivos. O vínculo de trabalho dos profissionais, decorrente da aprovação em concurso público como indica a NOB-RH/SUAS, garante a oferta contínua e ininterrupta dos serviços, fortalece o papel dos trabalhadores na relação com os usuários, consolida a equipe como referência no território e favorece a construção de vínculo.
> O vínculo de trabalho efetivo contribui para diminuir a rotatividade de profissionais e para potencializar os investimentos de recursos públicos em capacitação com base no princípio da educação permanente.
> Não é recomendável, portanto, que os profissionais que trabalham no CREAS sejam contratados de forma precarizada por meio de contratos temporários, terceirização e outras modalidades que não asseguram direitos trabalhistas e a permanência na Unidade [...] (BRASIL, 2011b, p. 94-95).

Infelizmente o que está posto na NOB/SUAS, não é o que de fato acontece na realidade e o relato da entrevistada 01 deixa isso claro. Vivemos atualmente um momento extremamente difícil, afinal o capitalismo e sua lógica de lucrar sempre e mais e mais provoca um estrago enorme e destruidor na classe trabalhadora.

O trabalho do assistente social se forma enquanto profissão pela necessidade de responder as questões sociais que são causadas pela contradição entre o capital e o trabalho e uma dessas expressões é a precarização do trabalho e como profissional

o assistente social não está livre dessa precarização. O assistente social assim como qualquer outro trabalhador, segundo Ceolin (2014, p. 246):

> [...] não dispondo das condições objetivas, sua capacidade de trabalho só pode ser objetivada quando demandada pelo capitalista. Assim, a obtenção de suas condições de vida depende de mediações do mercado de trabalho, externas à sua vontade.

Segundo relatos dos funcionários, sendo um trabalhador como outro qualquer o assistente social também é afetado com baixos salários, trabalhadores com contratos temporários e carga horaria diferente de funcionários efetivos o que também contribui para relações de conflitos entre colegas de trabalho, com equipamentos e condições de trabalho precário e falta de concurso público.

Mesmo em um cenário desfavorável, o assistente social tem prerrogativas que garantem a sua atuação profissional e que também exige que esta atuação, seja realizada dentro do que está posto nos Parâmetros de atuação de assistentes sociais, que nos art. 2º estabelece os direitos do assistente social:

> a) garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código; b) livre exercício das atividades inerentes à profissão; c) participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais; d) inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional; e) desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional; f) aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código; g) pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população; h) ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções; i) liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos (BRASIL, 2011a, p.16-17).

Já o art. 3º estabelece os deveres do assistente social:

> a) desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a Legislação em vigor; b) utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da profissão; c) abster-se, no exercício da profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes; d) participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades (BRASIL, 2011a, p.17-18).

De acordo com o que é colocado pelos Parâmetros para Atuação de Assistente Sociais na Política de Assistência Social, a atuação profissional devesse distanciar das práticas cotidianas, retrógadas e conservadoras (BRASIL, 2011a).

### 4.3.2 Principais demandas do Assistente Social nos Serviços ofertados no CREAS de Maruípe

Nessa categoria as assistentes sociais entrevistadas nos relatam as principais demandas que surgem nos serviços em que atuam no CREAS de Maruípe. A entrevistada 4 nos diz o seguinte a respeito das demandas do assistente social no Serviço de Proteção e atendimento Especializados a Famílias e Indivíduos (PAEF) um dos serviços oferecidos pela instituição:

> *No PAEF, as principais demandas, é como eu falei […] a gente depara com muitas famílias que precisam de orientação em relação a benefícios, benefícios de prestação continuada […] questão de demandas trabalhista que as vezes chegam aqui e estão completamente desorientados, muitos sem nenhuma renda e tem o direito trabalhista que ele poderia pleitear, né!? A gente trabalha também com encaminhamentos para a saúde […] A gente faz ações no território, principalmente no trabalho infantil. […] o judiciário, ele encaminha alguns casos aqui pra gente fazer estudo social, a gente faz esse estudo social. Elabora o relatório também e retorna para eles (Entrevistada 04).*

Diante da fala da entrevistada, é importante perceber que as famílias são a centralidade do trabalho desenvolvido pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializados a Famílias e Indivíduos (PAEFI), e que de acordo com o disposto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, é uma forma de apoiar, orientando e acompanhando as famílias e todos que dela fazem parte, os quais são ameaçados ou possuem seus direitos violados (BRASIL, 2009).

É importante o entendimento de que o PAEFI é o principal serviço oferecido pelo CREAS, e sua função não é apenas de orientar e realizar encaminhamentos. De acordo com a Tipificação de Serviços Socioassistencias, o PAEFI, tem importantes funções como: dar apoio, orientar e fazer os acompanhamentos necessários aos indivíduos ou famílias que tiveram seus direitos violados; preservar e fortalecer os laços com a família e membros da comunidade desses sujeitos e famílias. Agindo assim os profissionais fortalecem a função protetiva das famílias e busca a melhoria social de seus indivíduos (BRASIL, 2009).

A importância da Família ser o centro de atenção na Política de Assistência, é explicada assim pela Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004, p. 41):

> Por reconhecer as fortes pressões que os processos de exclusão sociocultural geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições, faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados

> aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida.

Nesse próximo relato a entrevistada nos aponta as demandas do assistente social do CREAS de Maruípe que atua no Serviço Especializado de Assistência Domiciliar (SEAD), segue:

> *Às vezes é um parente que vem aqui fazer uma denúncia de que o idoso está sendo, recebendo maus-tratos, está com direitos violados. Vem pelo disk 100, vem pelo Ministério Público, vem pelo COMID, pelo conselho, vem por demanda espontânea de um familiar, vem de um vizinho que denúncia [...] (Entrevistada 03).*

O SEAD possui uma equipe formada por diversos profissionais, entre eles o assistente social, psicólogo e terapeuta ocupacional (BRASIL, 2009). Para essa composição teve-se em conta as diversas problemáticas que o Serviço de Proteção Social Especial às Pessoas com Deficiência e Idosas e suas famílias na média complexidade poderiam vir a trabalhar:

> [...] famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia (BRASIL, 2009, p. 26).

Diante do desemprego estrutural e da redução das proteções sociais decorrentes do trabalho, existe uma tendência de ampliação nas demandas dos profissionais, e um aumento cada vez maior de usuários que passam a precisar acessar os serviços e benefícios da assistência social, trabalhadores e suas famílias que apesar de executar atividade laboral, tem este trabalho marcado pela informalidade e pela baixa renda (COUTO; YAZBEK,; RAICHELIS, 2011).

### 4.3.3 Meios e Instrumentos utilizados pelo assistente social no CREAS

Em relação aos meios e instrumentos utilizados pelos assistentes sociais no CREAS segundo os entrevistados: *"A família chega através dos encaminhamentos [...] inicialmente tem a busca ativa, depois tem a acolhida, depois tem as visitas, depois tem o acompanhamento que vai demandar de cada situação, de cada família" (Entrevistada 01).*

Ainda de acordo com a fala dos entrevistados sobre os instrumentos utilizados pelo assistente social:

> *A visita domiciliar né, porque a gente trabalha no domicílio né, porque é especializado né, no atendimento domiciliar. A gente vai na casa, vem a demanda e a gente vai realiza a visita. […] Então, é visita domiciliar atendimento individual, atendimento familiar, trabalho em articulação com a rede socioassistencial com a saúde. São esses os instrumentos (Entrevistada 3).*

Podemos perceber, assim, a importância dos instrumentos no cotidiano profissional do assistente social para sua pratica, profissional no CREAS de Maruípe. Porém é importante também compreendermos que cada demanda tem sua especificidade, por isso o instrumento deve ser escolhido de forma a satisfazer o profissional que o utiliza, alcançando, assim, um bom resultado, não imediato, porém, a longo prazo.

A respeito dos instrumentos utilizados pelo assistente social no seu cotidiano de trabalho, Guerra (2011, p. 30) diz que:

> Há algo que precede a discussão de instrumentos e técnicas para a ação profissional que no nosso entendimento refere-se à sua instrumentalidade, ou melhor, a dimensão que o componente instrumental ocupa na constituição da profissão. Para além das definições operacionais (o que se faz, como faz), necessitamos compreender "para que" (para quem, onde e quando fazer) e analisar quais as consequências que no nível "mediato" as nossas ações profissionais produzem.

Contribuindo também com este debate sobre os instrumentos utilizados pelo assistente social para sua pratica profissional, a autora Iamamoto nos diz que: "Geralmente, tem-se uma visão dos instrumentos de trabalho como um "arsenal de técnicas": entrevistas, reuniões, plantão, encaminhamento etc. Mas a questão é bem mais complexa" (IAMAMOTO, 2003, p. 62).

Deste modo percebe-se que, pensar os instrumentos apenas como um arsenal de técnica é não ampliar o conhecimento como um meio de trabalho. Iamamoto, (2003, p.62-63), segue afirmando que: "As bases teórico-metodológicas são recursos essenciais para que o Assistente Social acione para exercer o seu trabalho [...]".

Diante das transformações que a questão social e suas expressões causam na realidade social dos trabalhadores, o assistente social precisa ser um profissional que esteja qualificado para propor, criar e que seja capaz de identificar, compreender e fazer uma análise crítica dessa realidade para que seja formuladas politicas pulicas ou privadas na busca de se não acabar, mas dar protagonismo aos sujeitos, amenizando e diminuindo as expressões da questão social (IAMAMOTO, 2003).

Sobre os instrumentos utilizados pelas assistentes sociais para a sua execução

profissional, o que podemos evidenciar nesse estudo é que algumas profissionais no cotidiano usam os instrumentos de forma técnica e não como preconiza a categoria que tem na instrumentalidade um processo de reflexão e compreensão teórica que permitem as mediações necessárias às demandas que se apresentam.

### 4.3.4 Desafios/dificuldades encontradas para a prática profissional

Neste tópico serão apresentados os desafios encontrados para a realização da pratica profissional do assistente social do CREAS de Maruípe.

Em nosso primeiro relato à entrevistada nos diz que:

> *Eu acho assim que é um desafio muito grande não só na minha pratica profissional, mas com a equipe de um modo geral tá, a saúde do trabalhador né […] Infelizmente a gente trabalha com média complexidade, trabalhamos com violência o dia inteiro aqui, é muito difícil, não é fácil […] Outra coisa que eu vejo, é, é, é um desafio muito grande agora especifico até pelas dúvidas mesmo, que a gente passa, é esse conflito entre bairros né, a violência entre os bairros […] Então, esse trabalho com a violência sabe assim, é, é um desafio muito grande para os profissionais [...] (Entrevistada 2).*

Sobre a violência nos territórios vivenciada pelas assistentes sociais como descrito no relato acima, se faz necessário o entendimento de que o Serviço Social tem a questão social à base do seu trabalho, e a violência é uma das expressões da questão social, que é causada pela desigualdade social imposta pelo capitalismo, e nessa perspectiva, a atuação profissional do assistente social, deve ser de enfrentamento desse desafio para a concretização do fazer profissional como nos diz Iamamoto (2003, p. 17):

> O momento que vivemos é um momento de pleno desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia a dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários.

Ainda a respeito dos desafios enfrentados para a prática profissional do assistente social, a entrevistada nos diz que:

> *Os desafios são vários, a precariedade mesmo do serviço público, a gente trabalha com pouco recurso, a assistência é uma das políticas que menos recebe recurso […] A falta de recurso, investimento financeiros. Outro desafio [...] é a família, o adolescente se reconhecerem enquanto sujeito de direito, eles não se reconhecem. [...] muitas famílias não têm recursos para pagar passagem, então, isso também é um grande desafio, a pobreza extrema [...] (Entrevistada 4).*

A partir dos depoimentos das assistentes sociais, podemos fazer algumas reflexões

a partir de autores como Iamamoto (2003, p. 123-24), que diz:

> Os assistentes sociais funcionários públicos vêm sofrendo os efeitos deletérios da reforma do Estado no campo do emprego e da precarização das relações de trabalho, tais como a redução dos recursos públicos demissão de funcionários não estáveis, contenção salarial, corrida à aposentadoria, falta de incentivo à carreira, terceirização acompanhada de contratação precária, temporária com perda de direitos etc.

Sendo assim, o assistente social como trabalhador assalariado fica na dependência dos recursos que a instituição disponibiliza, e com políticas cada vez mais focalizadas, seletivas e precarizadas, esses recursos tem chegado cada vez menores, comprometendo o trabalho do assistente social e consequentemente gerando efeitos negativos aos sujeitos que precisam acessar os serviços oferecidos (IAMAMOTO, 2003).

Ainda sobre os desafios que o assistente social encontra para sua pratica profissional, a autora nos diz que um dos maiores obstáculos enfrentados pelo profissional na atualidade é desenvolver uma prática que permita decifrar a realidade e criar mecanismo e propostas de trabalho com criatividade capaz de efetivar direitos, a partir das demandas trazidas pelos seus usuários no cotidiano do seu trabalho (IAMAMOTO, 2003).

O trabalho do assistente social mudou muito ao longo do seu processo histórico – entre o seu surgimento na década de 1930 ligado à igreja católica até o momento atual – porém é importante entender que seu surgimento só se deu devido ao crescimento das expressões da questão social e a revolta dos trabalhadores por melhores condições de vida, mesmo que para atender os interesses do Estado para acalmar os ânimos dos trabalhadores com uma atuação voltada para o sujeito o Serviço Social só surge em meio ao agravamento da que será mais tarde seu objeto de intervenção, a Questão Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2000).

Assim como a Questão social e suas expressões se agravam e se multiplicam ao longo dos anos, a atuação profissional também vai ficando cada vez mais ameaçada e complexa, afinal, as políticas sociais, não acompanham o avanço causados pelo crescimento da pobreza e toda sua desigualdade social, muito pelo contrário a atuação profissional se depara com serviços focalizados, pautados nos mínimos sociais, excluindo e selecionando e não universalizando a política de assistência (IAMAMOTO, 2003).

Segundo Pereira (2011, p.125):

> [...] a proteção social no Brasil não se apoiou firmemente nas pilastras do pleno emprego, dos serviços sociais universais, nem arrumou, até hoje, uma rede de proteção impeditiva da queda e da reprodução de estragos sociais majoritários da população na pobreza extrema.

Dentro deste contexto o agravamento da questão social é cada vez maior, aumentando também a dificuldade de atuação profissional do assistente social, sendo imprescindíveis por parte dos assistentes sociais uma qualificação constante e continuada como uma das formas de melhorar a sua atuação e também como forma de combate a políticas de desfavorecimento e não de emancipação dos sujeitos sociais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos ao longo deste estudo discutir sobre a profissão de Serviço Social, a fim de percebermos como os profissionais assistentes sociais têm exercido sua atuação profissional no CREAS de Maruípe em Vitória (ES).

A pergunta de partida que norteou a pesquisa foi como se dá atuação profissional do assistente social no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Maruípe, Vitória (ES)?

Ao pesquisar sobre categorias profissionais é importante fazer uma reflexão sobre seu processo histórico que perpassam a sua trajetória para inserção na sociedade e para sua afirmação e consolidação profissional.

Com o Serviço Social não é diferente. Não há como pensar a profissão sem esquecer sua trajetória em que emergiu a profissão – sobre o domínio da igreja católica, seu cunho assistencialista e conservador, seu processo de institucionalização – sendo requisitado pelo Estado para trabalhar com as políticas sociais, seu amadurecimento enquanto categoria profissional e o rompimento com uma atuação conservadora e sua busca e defesa de uma nova ordem societária por condições mais justas e iguais para todos os indivíduos. Mesmo que de forma breve, essas foram algumas questões que pontuamos ao longo do caminho percorrido.

Diante disso, entendemos ser relevante descrever a intervenção profissional do assistente social nos serviços do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Maruípe – Vitória (ES), mediante as particularidades desta instituição no trato com as situações de violação de direitos vinculadas à proteção social de média complexidade.

Procuramos descrever a atuação profissional do assistente social do CREAS Maruípe, a partir de 4 (quatro) categorias: atribuições do assistente social no CREAS de Maruípe; principais demandas do assistente social nos Serviços ofertados no CREAS de Maruípe; meios e Instrumentos utilizados pelo assistente social no CREAS e os desafios/dificuldades encontrados para a prática profissional.

Os resultados da pesquisa apresentaram que a atuação profissional do assistente social no CREAS Maruípe em Vitória (ES), exige um trabalho específico no trato da violação de direitos. Neste sentido buscamos compreender como as demandas

chegam para essas profissionais, quais são suas atribuições, quais são os instrumentos utilizados pelas mesmas para o fazer profissional e quais os desafios enfrentados por essas profissionais para amenizar a questão social e suas expressões, que são o objeto de trabalho do Serviço Social.

Em relação às principais atribuições realizadas no CREAS, as entrevistadas relataram o atendimento individual, o atendimento familiar, o atendimento em grupo, realizam encaminhamentos, visitas institucionais, visitas domiciliares e estudo de caso.

Através de relatos das profissionais identificamos que as demandas postas são entre outras: orientação em relação ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), demandas de cunho trabalhista, demandas de maus-tratos ao idoso e/ou a pessoa com deficiência, etc.

Constatamos também que os instrumentos utilizados para a prática profissional no cotidiano da instituição são pautados por: visita domiciliar, busca ativa, acolhida, escuta, entre outros.

Apontamos também que existem obstáculos a serem ultrapassados pelas assistentes sociais para a efetivação do seu trabalho profissional e pontuamos algumas como violências nos territórios, precariedade nos serviços públicos e usuários e famílias que não se reconhecem enquanto sujeitos de direitos.

Para o enfrentamento da questão social e suas expressões é de fundamental importância que o profissional esteja ciente das atribuições a ele estabelecidas na política de assistência social, que são de acordo com ADEPSS (apud BRASIL, 2011a, p.18-19).

> • apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade;
> • análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do Capitalismo no país e as particularidades regionais;
> • compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
> • identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (ABEPSS, 1996).

Na tentativa de analisar a atuação profissional através das demandas postas, podemos evidenciar que as profissionais em alguns momentos se deparam com

demandas que não são de responsabilidade direta do CREAS, mas que as mesmas não se omitem e fazem os devidos esclarecimentos e encaminhamentos aos seus usuários.

Sobre os instrumentos utilizados pelas assistentes sociais para a intervenção profissional, fica evidente a importância de profissionais que dominem teoria e pratica para que consigam decifrar e criar mecanismo para os sujeitos que trazem demandas especificas e de acordo com características singulares, sendo assim necessários intervenções que se enquadrem nas especificidades de cada demanda.

A respeito dos desafios enfrentados pelos assistentes sociais para efetivação da sua prática profissional, foi detectado que há uma dificuldade por parte de algumas profissionais distinguirem desafios de dificuldades. As dificuldades muitas vezes podem ser resolvidas com propostas criativas e profissionais propositivas, porém, os desafios colocados são de uma maior dimensão que dificulta não apenas a atuação profissional, mas a efetivação da Política de Assistência Social e de todo avanço conquistado pela profissão em sua trajetória.

Esses são, portanto, os elementos que procuramos trazer à tona, na busca de compreendermos como se dá a atuação profissional do assistente social no CREAS Maruípe em Vitória (ES). Entendemos que a temática não pode ser esgotada com esse estudo e que os resultados obtidos sejam imutáveis. O que concluímos é quanto mais se discutir a atuação profissional do assistente social nos espaços de trabalho, seja público ou privado, muito mais contribuiremos para a consolidação da profissão na sociedade.

# REFERÊNCIAS


AGUIAR, A. G. **Serviço Social e Filosofia**: das origens à Araxá. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P.**Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1995.

BARDIN, L. A codificação. In: **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, p.103-116, 2003.

BARROCO, M. L. S. **Barbárie e Conservadorismo:** os desafios do projeto ético. São Paulo, n. 106, p. 205-218, 2011.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de Metodologia Científica**: um guia para iniciação científica.2. ed. ampliada – São Paulo: Personária Educação do Brasil, 2000.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista brasileira de ciências sociais**,v. 15, n. 42, p. 124-142, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1741>. Acesso em 05 out. 2016.

BATTINI, O. **SUAS**: Sistema Único de Assistência Social em debate. São Paulo: Veras Ed. Curitiba: CIPEC, 2007.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. **Dicionário de termos técnicos da assistência social.** Belo Horizonte: ASCOM, 132 p., 2007. Disponível em <http://www.cedecacasarenascer.org/uploads_arquivos/livros/1705175954000000-dicionario_de_termos_tecnicos_da_assistencia_social_2007.pdf>. Acesso em 05 out. 2016.

BHERING, E. R.: BOSCHETTI, I. **Política Social**: Fundamentos e História. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, I. **Assistência Social no Brasil**: um direito entre a originalidade e o conservadorismo. 2. ed. Brasília: Unb, 2003.

BOURGUIGNON, J. A. A particularidade da pesquisa no Serviço Social. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 46-54, 2007. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/download/.../3911>. Acesso em 10 out. 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012**. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 12 dez. 2012a. Disponível em:<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html> acesso em 09 mai. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012b. Disponível em: <bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/.../constituicao_federal_35ed.pdf?>. Acesso em 09 mai. 2016.

BRASIL. **Lei n° 8.742 de 07 de Dezembro de 1993**. Dispõe sobre aorganização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 07 dez. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em 25 mar. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social–PNAS**: Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Resolução CNAS Nº 145/04. Brasília, 2004.

BRASIL. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social.** Conselho Federal de Serviço Social - CFESS. Brasília, 2011a.Disponível em:<http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf> acesso em 20 jun. 2016.

BRASIL. **Proteção e atenção integral a família - PAIF**. 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/paif>. Acesso em: 20 ago. 2016.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Brasília: SNAS, 2011b. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_creas.pdf> acesso em 09 mai. 2016.

BRASIL. Sistema Único de Assistência Social – SUAS, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Suas NOB-RH/SUAS**. Resolução CNAS n. 269, Brasília, 2006.

BRASIL. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassitenciais. **Resolução nº 109 de 11 de Novembro de 2009**. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 11 nov. 2009. Disponível em:<www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos...109.../download> acesso em 09 mai. 2016.

CAMARGO, J. M. Gastos Sociais: focalizar versus universalizar. **Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**, Brasilia, n. 7, p. 117-121, 2007. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ensaio2_Jose7.pdf>. Acesso em 05 out. 2016.

CEOLIN, G. F. Capitalismo monopolista e as condições sócio-históricas de emergência do Serviço Social. In:_____. **Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social.** São Paulo, p. 242-248, 2014.

COUTO, B. R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.

COUTO, B.; YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R. A política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In. COUTO et al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. 2 ed. - São Paulo: Cortez, p. 54-87, 2011.

DEMO, P. **Introdução a metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado de Economia de Planejamento (SEP); Secretaria de Estado de Governo (SEG); Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (CONDEVIT); Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN). **Glossário Assistência Social**. 2009.

FALEIROS, V. P. Política Social, Previdência e Neoliberalismo. In_____. **A política social do Estado Capitalista.** 12. ed. São Paulo: Cortez, p. 187-212, 2009.

FARIAS, F. P. Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. **Rev. Sociol**., n. 15, p.49-66, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n15/a04n15.pdf>. Acesso em 10 out. 2016.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. A pesquisa Cientifica. In CÓRODOVA, F. P. **Métodos de Pesquisa**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, p.31-42, 2009.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do serviço social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011

GUZZO, R. S. L.; EUZEBIOS FILHO, A. Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. **Escritos educ.**, Ibirité, v. 4, n. 2, p. 39-48, 2005. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432005000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 out. 2016.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação teórico-metodológico. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social**. Identidade e alienação. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MYNAYO, M. C. S. et al. **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NETTO, J. P. **A Construção do projeto ético-político do Serviço Social frente a crise contemporânea.** Brasília, CFESS/ ABEPSS/ CEAD/ UnB,1999.

_____. **Ditadura e Serviço Social**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, P. A. P. **A assistência social na perspectiva dos direitos** – crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesaurus, 1996.

_____. Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIANA, M. C. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional. **Cultura Acadêmica**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SANTOS, C. M. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. A dimensão técnico-operativa no Serviço Social. **Revista Conexão Geraes**, n. 3, 2013. Disponível em <http://cress-mg.org.br/publicacoes/Home/PDF/62>. Acesso em 05 out. 2016.

SILVA, M. O. S. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, 2010.Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802010000200002>. Acesso em 10 out. 2016.

SPOSATI, A. Proteção Social de cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal. In: SANTOS, M. F. **Benefícios de prestação Continuada e proteção social no Brasil** – Limites e perspectivas. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VITÓRIA. **Censo 2010**. 2010. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/home.asp>. Acesso em 15 out. 2016.

VITÓRIA. **Lista de Secretarias**.[201-?a]. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/secretarias.php>. Acesso em 15 out. 2016.

VITÓRIA. Lista de Secretarias. **Secretaria de Assistência Social** [201-?b]. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/semas>. Acesso em 15 out. 2016.

VITÓRIA. Lista de Secretarias. **Secretaria de Saúde** [201-?c]. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/semas>. Acesso em 15 out. 2016.

VITÓRIA. Regiões Administrativas. **Maruípe**.[201-?d]. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/geral/regiao_administrativa/RA_GERAL.pdf

>. Acesso em 15 out. 2016.

VITÓRIA. Vitória em Mapas. **Mapa de localização do município de Vitória na região Metropolitana de Vitória**.[201-?e]. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/geral/dados/localizacao/vix_rmgv.pdf>. Acesso em 15 out. 2016.

VITÓRIA. Vitória em Mapas. **Regiões Administrativas**.[201-?f]. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/geral/regiao_administrativa/RA_GERAL.pdf >. Acesso em 15 out. 2016.

APÊNDICE A – Roteiro para a coleta dos dados

1) Quais as suas atribuições aqui no CREAS?

_____
_____
_____
_____
_____

2) Quais são os meios/instrumentos utilizados pelo assistente social no CREAS?

_____
_____
_____
_____

3) Quais são as principais demandas do assistente social no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado Integral à Família (PAEFI)?

_____
_____
_____
_____
_____

4) Quais são as principais demandas do assistente social no Serviço de Atendimento ao Domicílio à Pessoa Idosa e com Deficiência (SEAD)?

_____
_____
_____
_____
_____

5) Quais são as principais demandas do assistente social no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)?

_____
_____
_____
_____
_____

6) Quais são os desafios enfrentados na sua prática profissional?

_____
_____
_____
_____

7) Quais são as dificuldades encontradas na execução do SEAD?

_____
_____
_____
_____
_____

8) Quais são as dificuldades encontradas na execução do PAEFI?

_____
_____
_____
_____

9) Quais são as dificuldades encontradas na execução do MSE?

_____
_____
_____
_____
_____

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

**CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO DE VITÓRIA (UCV)**
**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado para participar como voluntário de uma pesquisa que tem como objetivo descrever a intervenção profissional do assistente social nos serviços do Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) de Maruípe – Vitória (ES). Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar o seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição e não acarretará custos para você.

### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

**Título do Projeto**: "Atuação Profissional do assistente social no Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS)"
**Pesquisador Responsável**: Alaísa de Oliveira Siqueira
**E-mail:** asiqueira@ucv.edu.br
**Nome do aluno:** Edmar Galvão
**Telefones para contato**: (27) 9. 9924-2224
**E-mail:** edmargalvao010@gmail.com

A pesquisa a ser realizada faz parte da formação de graduação em Serviço Social e tem como objetivo geral descrever a intervenção profissional do assistente social nos serviços do Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) de Maruípe – Vitória (ES) e como objetivos específicos: verificar as principais demandas do assistente social nos serviços do CREAS Maruípe; identificar os instrumentos e metodologias de trabalho do assistente social nos serviços do CREAS Maruípe e identificar os desafios enfrentados pelos assistentes sociais na sua prática profissional no CREAS Maruípe.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em fornecer depoimentos sobre a atuação profissional dos assistentes sociais no CREAS de Maruípe. Os depoimentos poderão ser gravados ou falados à pesquisadora e escritos por ela, conforme você preferir. O material gravado será destruído logo após sua transcrição, evitando acesso de outras pessoas ao mesmo. Não existem eventuais riscos ou benefícios diretos à sua pessoa relacionados à sua participação nesta pesquisa.

As informações obtidas serão confidenciais, assegurando o sigilo sobre sua participação, privacidade e seu anonimato. Os dados obtidos serão divulgados de forma que não possibilite sua identificação. Você receberá uma cópia deste Termo onde consta o telefone do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto de pesquisa e sua participação em qualquer momento de realização da pesquisa.

_____

CONSENTIMENTO

Eu, _____ declaro que recebi e compreendi por completo as informações por escrito que constam neste documento e as explicações que me foram fornecidas. Fui informado(a) que sou livre para escolher concordar em participar ou me recusar. Declaro estar ciente e esclarecido da pesquisa, seus objetivos, metodologia, riscos/benefícios, garantia de sigilo e liberdade para desistir de participar e colaborar com a pesquisa em qualquer etapa da mesma sem danos para a minha pessoa. Nestes termos, concordo em participar deste estudo.

ANEXO A - Carta de autorização para pesquisa na SEMAS